



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE CIÊNCIA E
MATEMÁTICA (ENCIMA)**

CINTIA FERREIRA BEZERRA

**O ENSINO NA MODALIDADE DE SEMESTRALIDADE NA REDE DE ENSINO
PÚBLICA ESTADUAL DO CEARÁ NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES:
UM ESTUDO DE CASO**

**FORTALEZA
2016**

CINTIA FERREIRA BEZERRA

**O ENSINO NA MODALIDADE DE SEMESTRALIDADE NA REDE DE ENSINO
PÚBLICA ESTADUAL DO CEARÁ NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES:
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

Área de concentração: Ensino de Biologia.

Orientador: Prof. Dr. Isaías Batista de Lima.

**FORTALEZA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B469e Bezerra, Cintia Ferreira.
O ensino na modalidade de semestralidade na rede de ensino pública estadual do Ceará na percepção dos professores : estudo de caso / Cintia Ferreira Bezerra. – 2016.
69 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Isaias Batista de Lima.

1. Ensino por semestralidade. 2. Modalidade de ensino. I. Título.

CDD 372

CINTIA FERREIRA BEZERRA

**O ENSINO NA MODALIDADE DE SEMESTRALIDADE NA REDE DE ENSINO
PÚBLICA ESTADUAL DO CEARÁ NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES:
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

Área de concentração: Ensino de Biologia.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Isaías Batista de Lima (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Silvany Bastos Santiago
Instituto Federal de Educação do Ceará - IFCE

Prof. Dr. Vicente de Oliveira Sousa Neto
Universidade Estadual do Ceará – UECE

*Aos meus pais por me ensinarem tudo na vida
e por sempre me apoiarem em minhas
decisões.*

*À minha amada filha Luisa que me mostrou o
verdadeiro sentido da palavra amor!*

AGRADECIMENTOS

À Deus por sempre abençoar a mim e à minha família.

Agradeço a minha filha, Luisa, por me dar forças para continuar minha jornada de estudos, sempre me iluminando e me trazendo paz com seu sorriso lindo e contagiante.

Ao meu pai, que sempre incentivou o estudo em minha vida.

À minha mãe, que além de ser uma mulher incrível, me ajudou cuidando de minha filha enquanto eu escrevia a dissertação.

Ao meu irmão, por sempre me apoiar em tudo.

Ao meu orientador, professor Isaías Batista, que me aceitou como sua orientanda, me deu diversos conselhos e me mostrou caminhos diferentes para construir minha pesquisa.

Aos amigos da Biologia, Angelina, Rosilene, Norma, Victor e Xavier, os quais sempre me incentivaram e apoiaram quando eu estava louca com a dissertação.

À escola Walter de Sá Cavalcante que disponibilizou todos os documentos e informações por mim solicitados.

Aos meus colegas de profissão que se disponibilizaram para responder à minha pesquisa.

“Eu faço da dificuldade

A minha motivação

A volta por cima

Vem na continuação

O que se leva dessa vida

É o que se vive

É o que se faz”

Chorão

RESUMO

A educação tem passado nas últimas décadas por muitos debates que implicaram num conjunto de mudanças institucionais, normativas e de metodologias de ensino com vistas à busca da melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos. Dentre essas mudanças se destaca a troca no sistema de ensino da anualidade para a semestralidade implantada em 2011, nas escolas públicas de ensino médio em Fortaleza, com o intuito de reduzir os índices de reprovação e evasão escolar. Depois de cinco anos de funcionamento, o ensino semestral ainda é fruto de controvérsias acerca de sua eficácia no ensino e na aprendizagem dos alunos. Desta forma, as questões que orientaram essa pesquisa foram: Qual a percepção dos professores da rede pública estadual do Ceará acerca do ensino por semestralidade? Houve diminuição na evasão escolar e na repetência dos alunos? Houve melhora na qualidade do ensino e da aprendizagem? Desta forma, o objetivo geral da pesquisa foi analisar o ensino na modalidade semestral na rede pública estadual do Ceará a partir da percepção dos professores da educação básica. Os objetivos específicos foram: realizar estudo bibliográfico acerca da constituição do sistema de ensino brasileiro; historizar e identificar o surgimento do modelo de ensino por semestralidade, explicitando seus fundamentos conceituais; realizar levantamento e análise dos documentos acerca da modalidade de ensino por semestralidade na rede pública do estado do Ceará. A ação de pesquisa consistiu em aplicar um questionário com o grupo de professores e com a gestão da E.E.F.M. Walter de Sá Cavalcante referente ao diagnóstico das modalidades de anualidade e semestralidade e elaborar uma planilha de lançamento de notas que sirva de modelo para o ensino semestral. A pesquisa caracterizou-se por uma análise qualitativa. A técnica de pesquisa utilizada foi o questionário na Escala Likert para verificar os pontos positivos e negativos da semestralidade sob a visão dos docentes. Como resultado constatou-se que os professores veem que o ensino semestral prejudica os alunos do 3º ano do ensino médio quanto à preparação para o ENEM; que não houve redução das reprovações e da evasão escolar; que a maioria concorda que o ensino por blocos de disciplinas aproxima o professor do aluno; que provocou uma melhoria na aprendizagem dos alunos e que o grande problema do ensino semestral é a falta de planejamento por parte da SEDUC que impacta na execução das aulas e no lançamento das notas.

Palavras-chave: Modalidade de Ensino. Ensino por Semestralidade. Sistema de Ensino.

ABSTRACT

Education has passed in the last decades by many debates that imply in a set of institutional, normative and methodological changes of education with a view to the search of the improvement of the teaching and the learning of the students. Among these changes we highlight an exchange in the education system of the annuity for a semester implemented in 2011, in public high schools in Fortaleza, with the aim of reducing the rates of school failure and dropout. After five years of operation, the biannual education is still the result of controversies about its effectiveness in the teaching and learning of students. Thus, as questions that guided this research were: What is the perception of the teachers of the public network of Ceará on semester teaching? Was there a drop in school dropout and student repetition? Has there been an improvement in the quality of teaching and learning? In this way, the general objective of the research was to analyze the teaching in the semester mode in the state public network of Ceará from the perception of the teachers of basic education. The specific objectives were: to carry out a bibliographical study on the constitution of the Brazilian education system; To historize and identify the teaching model of semester education, explaining its conceptual foundations; To carry out a survey and analysis of the documents about the modality of teaching through the semester in the public network of the state of Ceará. Research action consisted in applying a questionnaire with the group of teachers and with a management of E.E.F.M. Walter de Sá Cavalcante regarding the diagnosis of the annuity and semi-annual modalities and to prepare a notes release plan that will serve as the model for semester education. One research was characterized by a qualitative analysis. The research technique used for the Likert Scale questionnaire to verify the positives and negatives of the semesters under the teachers' view. As a result, it was found that the teachers see that the semestral education recommends the students of the 3rd year of high school in preparation for the ENEM (Brazilian System of High School Assessment). That there was no reduction of school dropouts and dropouts; What greater agreement than the teaching by blocks of disciplines brings the teacher closer to the student; That caused an improvement in student learning and that the big problem of semester education is a lack of planning on the part of SEDUC (Brazilian Education Department) that impacts on the execution of classes and not release of notes.

Keywords: Teaching Mode. Semester teaching. Education system.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização da Superintendência na estrutura da SEDUC.....	31
FIGURA 2 – Percentual de respostas segundo avaliação dos aspectos II.....	33
FIGURA 3 – Divisão das Disciplinas em Blocos e suas respectivas cargas horárias.....	35
FIGURA 4 – Ficha modelo de relatório de transferência de alunos.....	36
FIGURA 5 – Planilha para preenchimento de notas do bloco 1.....	56
FIGURA 6 – Planilha para preenchimento de notas do bloco 2.....	57
FIGURA 7 – Planilha preenchimento com notas	57

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – A mudança da anualidade para a semestralidade possibilitou uma melhora na qualidade do ensino no ensino médio?.....	41
GRÁFICO 2 – A mudança da anualidade para a semestralidade possibilitou uma melhora na aprendizagem dos alunos?.....	42
GRÁFICO 3 – A semestralidade possibilita uma aproximação com o aluno?.....	43
GRÁFICO 4 – O sistema semestral diminui as reprovações?	44
GRÁFICO 5 – A semestralidade propicia a redução da evasão escolar?.....	45
GRÁFICO 6 – O planejamento didático das aulas.....	46
GRÁFICO 7 – O fechamento das notas e seus lançamentos.....	47
GRÁFICO 8 – O planejamento e apoio da SEDUC para a execução das aulas por semestralidade.....	48
GRÁFICO 9 – O acompanhamento das aulas por parte dos alunos.....	49
GRÁFICO 10 – A semestralidade contribui para um ensino mais dinâmico?.....	50
GRÁFICO 11 – O ensino semestral prejudica os alunos do 3º ano a fazerem o ENEM?....	50
GRÁFICO 12 – A semestralidade proporciona uma melhor organização por parte do professor, já que há uma diminuição no número de turmas?.....	51
GRÁFICO 13 – Na sua percepção, houve uma melhora no rendimento dos alunos após a implantação da semestralidade?.....	52

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número de matrículas no ensino médio e população residente de 15 a 17 anos de idade.....	16
TABELA 2 – Resultados e metas do IDEB.....	17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNCC – Base Nacional Comum Curricular
- CAIC – Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CODEA – Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem
- Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação
- CREDE – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
- DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
- E.E.F.M. – Escola de Ensino Fundamental e Médio
- E.E.M. – Escola de Ensino Médio
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- MEC – Ministério da Educação
- NTPPS – Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Demais Práticas Sociais
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PopFor – Pré-vestibular Popular de Fortaleza
- Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica
- SEDUC – Secretaria de Educação Básica do Ceará
- SEED – Secretaria do Estado da Educação
- SEFOR – Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza
- Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O ENSINO NO BRASIL.....	23
2.1	A constituição do sistema de ensino no Brasil: um breve relato.....	23
2.2	Ensino médio e a reforma curricular no Brasil.....	26
3	REORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO.....	30
3.1	Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC-CE).....	30
3.2	Uma proposta de renovação do modelo disciplinar.....	32
3.3	Características da semestralidade no estado do Ceará.....	34
3.4	Intuitos e implantação da semestralidade no estado do Ceará.....	36
4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	38
4.1	Caracterização da pesquisa.....	38
4.2	Caracterização da escola.....	40
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
6	PRODUTO EDUCACIONAL.....	53
6.1	Avaliação da aprendizagem: algumas considerações.....	54
6.1.1	<i>Avaliação da aprendizagem: apresentando concepções.....</i>	54
6.1.2	<i>A avaliação do ensino por semestralidade: desafios e dificuldades.....</i>	55
6.2	Planilha de notas: uma alternativa administrativa para a consolidação de notas.....	56
6.2.1	<i>Origem da proposta.....</i>	56
6.2.2	<i>Construção da proposta.....</i>	56
6.2.3	<i>Concepção de avaliação no ensino por semestralidade.....</i>	57
6.2.4	<i>A planilha de notas: da gestão administrativa à gestão pedagógica.....</i>	58
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59

REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE A – DIAGNÓSTICO DAS MODALIDADES DE ANUALIDADE E SEMESTRALIDADE PELOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DA E.E.F.M. WALTER DE SÁ CAVALCANTE.....	67
APÊNDICE B – PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES.....	68
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	69

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito subjetivo de todo cidadão e condição para inclusão social. Assim, é imprescindível que o sistema educacional brasileiro proporcione uma educação com qualidade capaz de prover o acesso e o sucesso escolar a todos, bem como direitos políticos e acesso ao mercado de trabalho em condições minimamente igualitárias (LIMA, 2012). Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96, em seu art. 22 situa o Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, definindo-o como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral, tendo por finalidade o desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Portanto, cabe à escola o desafio de desempenhar o papel de inclusão social. De acordo com Gentili (2008), a permanência na escola, mesmo representando uma grande conquista social, esteve longe de se converter em oportunidade de acesso a um direito efetivo dos saberes necessário à vida social com plenitude.

Com a expansão do ensino médio, iniciada nos primeiros anos da década de 1990, houve um direcionamento de estudos para a qualidade do ensino/aprendizagem das escolas de educação básica, mas ainda não pode ser caracterizada como um processo de universalização nem de democratização da educação, devido às altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola e a tendência ao declínio do número de matrículas desde 2004, além da persistência de altos índices de evasão e reprovação. Além disso, o processo de expansão reproduz a desigualdade regional, de sexo, cor/raça e modalidade de oferta: ensino médio de formação geral e ensino técnico de nível médio. Para além dos desafios da universalização do acesso e da igualdade de oportunidades educacionais, também permanecem desafios referentes aos conteúdos a serem ensinados; a formação e remuneração dos professores; às condições de infraestrutura e gestão escolar; aos investimentos públicos realizados, entre outros (KRAWCZYC, 2011).

Para muitos dos aspectos citados acima, existem metas, diretrizes e estratégias elaboradas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para a política educacional dos próximos dez anos. O que hodiernamente está em vigor perdurará até 2024 e apresenta quatro grupos de metas, a saber: o primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade e que promovam a garantia do acesso, a universalização do ensino obrigatório e à ampliação das oportunidades educacionais. O segundo grupo de metas diz

respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior (MEC, 2014).

Dentre as metas elaboradas pelo PNE, duas são de importância para este estudo e são específicas para o ensino médio, a saber:

- Meta 3 - universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Esta meta visa importantes ações para o ensino médio, visto que apesar do aumento no número de concluintes do ensino fundamental, o número de matrículas no ensino médio manteve-se praticamente estável no período de 2007 a 2013, apresentando queda de 0,8% (64.037 matrículas) no último ano, conforme Tabela 1. (INEP, 2014).

Tabela 1 – Número de matrículas no ensino médio e população residente de 15 a 17 anos de idade.

Ano	Ensino Médio	População por Idade - 15 a 17 anos
2007	8.369.369	10.262.468
2008	8.366.100	10.289.624
2009	8.337.160	10.399.385
2010	8.357.675	10.357.874
2011	8.400.689	10.580.060
2012	8.376.852	10.444.705
2013	8.312.815	...
Δ% 2012/2013	-0,8	...

Fonte: Censo escolar da educação básica 2013 – Resumo técnico

Este resultado pode indicar que parte dos alunos que concluem o ensino fundamental, abandonam os estudos para ingressarem precocemente no mercado de trabalho. A outra meta assim se refere:

- Meta 7 - fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes

médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2007. O Ideb baseia-se em dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios (INEP, 2011).

De acordo com a Tabela 2, no Ideb de 2013, a nota atingida pelo ensino médio brasileiro (escolas públicas e privadas) foi de 3,7, mas a nota atingida apenas pelas escolas públicas é ainda mais baixa, chegando a 3,4. De acordo com a meta citada acima, o intuito é fazer o ensino médio aumentar a média para 5,2, ou seja, aumentar em cerca de 140% a nota das séries finais do ensino básico.

Tabela 2 – Resultados e metas do IDEB.

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Fonte: O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB): um estudo do município de Santa Fé do Sul/SP.

Para tal desempenho, se faz necessário uma melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem de todas as séries do ensino fundamental e médio. Mas afinal, o que é um ensino de qualidade? Oliveira e Araújo (2004) definiram três significados distintos de qualidade, do ponto de vista histórico: um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à ideia de fluxo, definido como

número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, o terceiro, diz respeito à ideia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala.

O primeiro está relacionado com a falta de oportunidades que a população tinha para garantir o direito à educação, que veio com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde o artigo 205 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O segundo conceito está relacionado com as taxas de promoção, repetência, evasão e distorção idade-série que de acordo com Marchelli (2010), ao não oferecer um ensino com qualidade proporcional ao aumento do volume de matrículas escolares e, muito menos, atenção especial às dificuldades de aprendizagem, diminuindo as chances de aprender, a repetência e a evasão geraram custos sociais que oneraram o Estado, de forma que elas é que precisavam ser eliminadas, não o aluno. E o terceiro conceito condiz com o resultado das avaliações que são aplicadas aos alunos do ensino básico. Onde o resultado é ponderado por agentes externos às escolas, que possuem autonomia para o direcionamento do trabalho interno.

Portanto, cada escola trabalha à sua maneira para o melhor atendimento ao aluno. De acordo com Noimann (2011), o julgamento externo entra em contradição com a auto-avaliação, a avaliação institucional interna, pois o “olhar” externo à escola direciona ao entendimento da União ou da Mantenedora, fazendo com que haja uma não compreensão de fatores internos referentes à escola; de localização, de condições socioeconômicas de alunos e participantes; ou seja, há a desconsideração do nível meso e micro da escola, onde os atores atuam.

Desta forma, os dados obtidos com as avaliações acabam por não ajudar na melhoria das escolas. Segundo Rocha (1999), a avaliação está ligada a qualidade e é necessário avaliar as escolas hoje devido a razões de ordem econômico-social, político-administrativo, científico-pedagógico ou de natureza legal, porém tais atitudes de controle exercidas pelo Estado são taxativas e classificatórias e, por muitas vezes, não fazendo com que a escola reflita acerca dela, onde haja um entendimento de suas atitudes, havendo assim a mudança em sua prática. Na prática, o que acontece é que com o resultado das avaliações, as escolas são ranqueadas e acabam por esquecer a qualidade do ensino e apenas se preocupam

em fazer seus alunos treinarem questões para se saírem melhor nas avaliações. Desta maneira, a escola acaba virando um centro de treinamento e não uma instituição pedagógica.

O que poderia ser feito para que as avaliações pudessem ser mais justas e ajudarem às escolas a melhorarem seus planos pedagógicos? Noimann (2011) afirma que através de uma avaliação formativa proativa, que leva em conta a realidade mais dos que apenas os resultados que avaliam a escola como um todo, por meio de um processo e considerando a realidade do contexto social, poderão acarretar de fato não num progresso, mas numa transformação social.

Percebe-se, então, que há necessidade de uma melhoria das políticas públicas que garantam o gozo do direito à educação de qualidade, conforme estabelecido na LDB. Além disso, necessita-se adotar diferentes formas de organização curricular e estabelecer princípios orientadores para a garantia de uma formação eficaz dos jovens brasileiros, capaz de atender os diferentes anseios dos jovens que se encontram na faixa etária de escolarização, que possam participar do processo de construção de uma sociedade mais solidária, reconhecendo suas potencialidades e os desafios para inserção no mundo competitivo do trabalho.

Para a melhoria no sistema educacional, pressupõe-se uma perspectiva de articulação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de conhecimentos - saberes, competências, valores e práticas. Considera ainda que o avanço da qualidade na educação brasileira depende fundamentalmente do compromisso político e da competência técnica dos professores, do respeito às diversidades dos estudantes jovens e da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político pedagógico, e de uma proposta consistente de organização curricular (BRASIL, 2009). Para tal mudança nas formas de organização curricular, as escolas possuem autonomia para modificarem seu projeto político-pedagógico e adotarem diferentes medidas que venham a melhorar o processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

Na tentativa de aprimorar esse processo, algumas escolas substituíram o ensino anual das matérias pelo ensino semestral, tendo como base alguns quesitos, a saber: a diminuição da evasão escolar e das reprovações e fortalecimento do vínculo entre o aluno, o professor e a escola (SEDUC, s. d.). Pode-se observar, nos últimos anos, tanto no plano dos estudos e pesquisas acadêmicos, como no das medidas de reestruturação de sistemas educacionais, um aumento de propostas e ensaios de organização do processo escolar sob a forma de ciclos.

No Brasil, em alguns países da América Latina e também num expressivo número de países europeus, parece estar se criando um relativo consenso em torno da ideia de que a modalidade de organização do sistema de ensino em semestres, responde melhor à maneira de os alunos efetivamente aprenderem e tem maior potencial para superar um conjunto de obstáculos que ainda restringem a realização de uma educação democrática (BARRETO E MITRULIS, 1999).

No ano de 2009, iniciou-se no Ceará os debates referentes à organização de uma nova proposta de ensino para as séries finais da educação básica, onde a semestralidade é discutida. Assim, a partir de 2011, a semestralidade é implantada em seis escolas de Fortaleza, como uma medida para melhorar o ensino médio noturno e visando estabelecer os quesitos citados acima. O Ceará não foi o primeiro estado a pensar nessa possibilidade de organização do ensino e de efetivação semestral do currículo. Em outros estados como Paraná e Goiás e o Distrito Federal, essa modalidade de ensino foi colocada em prática até 2011.

De acordo com Cordeiro (2009), com o novo sistema de aulas, os alunos passam a ter seis matérias a cada semestre, porém com a mesma carga horária de antes. E que de acordo com a diretora da escola paranaense onde a matéria foi produzida, quando havia 12 disciplinas por série o aluno que reprovava ou desistia perdia um ano inteiro de estudos. Agora, com as disciplinas divididas em semestres, ele perde apenas um semestre, pois caso o aluno desista, mas tenha terminado um semestre, o discente pode no ano seguinte recomençar o ano a partir do bloco que parou. Desta forma, o aluno não perde o ano letivo, perde apenas um semestre do ano letivo. Além disso, os alunos podem focar mais em estudos concentrados, pois se limitam ao estudo de seis matérias para se dedicar. Luz (2009) diz que o ensino semestral pode reduzir a ansiedade, aumentar a autoconfiança e a autoestima, possibilitar maior vínculo afetivo entre professor e estudante, além de possibilitar ao professor conhecer melhor as possíveis dificuldades do estudante e auxiliá-lo a superá-las.

Enfim, ainda há muito que pesquisar e discutir em relação à semestralidade nas escolas. Aliás, foi no contexto de uma escola organizada por semestralidade que reside minha experiência profissional e que resulta na preocupação de pesquisa deste projeto. Sou formada em Biologia pela Universidade Federal do Ceará e foi dentro do curso que descobri minha vocação para lecionar quando participei de um projeto da prefeitura de Fortaleza, o PopFor (Pré-vestibular Popular de Fortaleza). Em seguida, surgiu a oportunidade de fazer o concurso para professor do Estado do Ceará. Fiz e já estou atuando no ensino médio público desde 2011. Em 2014, fiz a inscrição no programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências

e Matemática, obtendo aprovação e, portanto a oportunidade de colocar em prática uma pesquisa que vinha me questionando há algum tempo, ou seja, o ensino médio no formato semestral.

Desde que comecei no Estado leciono biologia na Escola de Ensino Fundamental e Médio Walter de Sá Cavalcante. Ao entrar nesta escola, o currículo de ensino diurno era anual, enquanto o ensino noturno apresentava o ensino semestral. Em 2015, depois de reuniões entre gestores e professores, esta modalidade também foi inserida no ensino diurno, em que fazia parte do corpo docente. E até hoje o ensino continua semestral, mas este sempre é questionado por professores e os atuais gestores da escola.

Após quatro anos de experiência no ensino semestral, percebo que muitos professores ainda não se adaptaram ou realmente não gostaram desse novo modelo curricular. Particularmente, me adaptei e aprendi a lecionar o mesmo conteúdo anual em apenas um semestre. Na execução do currículo por semestre ocorre a redução do número de turmas, em que meu relacionamento com os alunos melhorou bastante, pois tenho um contato maior com cada turma, logo consigo observar melhor as dificuldades de cada aluno, podendo trabalhar melhor um determinado conteúdo e as dificuldades que cada aluno sente na aprendizagem do conteúdo. Até hoje, sondando os alunos em diálogos informais não obtive nenhuma fala negativa a este modelo. Na verdade, muitos preferem o currículo sendo executado por semestre, pois há uma diminuição de disciplinas, dado que são agrupadas por bloco, o que faz com que possam dedicar-se melhor às disciplinas.

Entretanto, na escola em que trabalho, todos os anos há questionamentos acerca da continuação ou não da semestralidade; daí resolvi desenvolver esta pesquisa a fim de demonstrar aos meus colegas de trabalho os pontos positivos e negativos do ensino por semestres. Portanto, o presente estudo tem a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção dos professores da rede pública estadual do Ceará acerca do ensino por semestralidade? Desta questão principal surgem outras igualmente relevantes: houve diminuição na evasão escolar e na repetência dos alunos? Houve melhora na qualidade do ensino e da aprendizagem? Essas preocupações permeiam o ambiente administrativo, pedagógico e didático dos professores que trabalham com a organização curricular por semestralidade e sua repercussão na melhoria da educação.

O objetivo geral da pesquisa assim se apresenta: analisar o ensino na modalidade de semestralidade na rede de ensino pública estadual do Ceará a partir da percepção dos professores da educação básica. Os objetivos específicos da pesquisa são assim expressos: (a)

realizar estudo bibliográfico acerca da constituição do sistema de ensino brasileiro; (b) historizar e identificar o surgimento do modelo de ensino por semestralidade, explicitando seus fundamentos conceituais; (c) realizar levantamento e análise dos documentos acerca da modalidade de ensino por semestralidade na rede pública do estado do Ceará; e, (d) aplicar um questionário com o grupo de professores e com a gestão da E.E.F.M. Walter de Sá Cavalcante referente ao diagnóstico das modalidades de anualidade e semestralidade.

Desta forma, a presente pesquisa apresenta a seguinte estrutura: no capítulo 1, é representado por esta introdução, em que é feito breve relato acerca do sistema de ensino e sua organização por semestralidade, minha experiência profissional e como cheguei ao presente tema de pesquisa. O capítulo 2 trata do ensino no Brasil, onde um breve relato sobre a constituição do ensino brasileiro será levantado e uma discussão sobre a reforma curricular no ensino médio será feita. Enquanto, o capítulo 3 versa sobre a reorganização curricular do ensino médio, mostrando as estruturas administrativa e pedagógica da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará, além de agregar informações sobre a proposta, as características e os intuítos da implantação do ensino por semestralidade no Estado do Ceará. Já o capítulo 4, fala a respeito da metodologia utilizada nesta pesquisa, se caracterizando uma pesquisa documental e bibliográfica, além de ser um estudo de caso qualitativo com a utilização de questionário na escala Likert. O capítulo 5, tratou-se de apresentar os resultados obtidos com a pesquisa feita com os professores da E.E.F.M. Walter de Sá Cavalcante à respeito das características da semestralidade. O capítulo 6, tratou de apresentar o produto educacional desenvolvido por esta pesquisa, o qual é uma planilha de lançamento de notas que facilita a burocracia à respeito do sistema da SEDUC-CE. E, finalmente, o capítulo 7 versou sobre as considerações finais, onde se percebeu que há a carência de documentos e pesquisas que falem sobre o ensino semestral.

2 O ENSINO NO BRASIL

2.1 A constituição do sistema de ensino no Brasil: um breve relato

Desde a chegada ao Brasil dos jesuítas, foram formadas escolas e conseqüentemente começou a doutrinação para a leitura, para a escrita e para o canto. O colégio, contudo, era o grande objetivo, por que com ele preparariam novos missionários” (LOPES, FILHO E VEIGA, 2000). Com a construção da escola, os índios e os filhos dos gentios passaram a receber a doutrinação dos jesuítas.

Mas é somente com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, que um sistema de ensino superior foi organizado para atender a aristocracia portuguesa, mas o ensino elementar brasileiro é praticamente inexistente até esse momento (SOARES, 2005).

A primeira Constituição do Império, outorgada em 1824, não incluiu, em seu texto, a proposta de um sistema nacional de educação, embora já assegurasse a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos. É somente em 1827 que o ensino elementar terá a sua primeira lei geral, já apontando para a ideia futura de sistema de ensino (SOUZA e FARIA 2003).

Esta primeira lei determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras (RIBEIRO, 1993). Mas com a falta de interesse do governo com a educação popular, essa lei não surtiu resultados positivos na educação.

De acordo com PAIVA (1973), o Ato Adicional, Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, à Constituição promulgada de 1824, foi o instrumento legal mais importante no direcionamento da educação popular no Brasil, no sentido de construção de um Sistema Nacional de Educação, pois promoveu a descentralização do ensino elementar transformando os Conselhos Provinciais em Assembleias Legislativas Provinciais com competência para legislar ‘sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios para promovê-la’, o Ato Adicional eliminou quaisquer pretensões de uniformização do ensino do primeiro grau em todo o país.

Já na década de 1920, de acordo com Nagle (1974), devido ao período histórico vivido pelo Brasil, este será considerado como um período de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, pois consistia em atribuir importância, cada vez maior, ao tema da instrução. Nesse sentido Nagle (1990, p. 102) afirma:

A escolaridade era tratada por homens públicos e por intelectuais que, ao mesmo tempo, eram “educadores”, num tempo em que assuntos educacionais não constituíam, ainda, uma atividade suficientemente profissionalizada. Apenas na década final da primeira república a situação vai ser alterada, com o aparecimento do “técnico” em escolarização, anova categoria profissional: este é que vai dar por diante tratar, com quase exclusividade, dos assuntos educacionais.

Em 1946, a Constituição define a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas, além de determinar à União a tarefa de fixar diretrizes e bases da educação nacional, oportunizando, segundo Saviani (1999) a “organização e instalação” de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização da educação, universalizando a escola básica.

No ano seguinte à Constituição, elabora-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo aprovada em 20 de dezembro de 1961, treze anos após sua elaboração. Tratava de aspectos como regulamentação de conselhos estaduais de educação, formação mínima exigida para professores e ensino religioso facultativo nas escolas. Em 1971, o presidente Médici modificou alguns aspectos técnicos da LDB, falando pela primeira vez em recuperação e dependência para os alunos.

Com a Constituição de 1988 (BRASIL, 2012, p. 121), que dedica uma seção inteira para a educação, foi posta a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Assim, de acordo com o artigo 206, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; valorização dos profissionais da educação; garantia de padrão de qualidade; piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública.

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional nos dias atuais. É fato que esta atual LDB foi um marco para a educação brasileira, visto que após anos e anos de debates entre a sociedade civil e seus representantes no Congresso Nacional e Câmara dos deputados foi promulgada a lei que buscava dar um direcionamento a educação brasileira (SILVA, 2008). De acordo com esta LDB, título V, capítulo I, os níveis escolares são organizados em educação básica - formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - e educação superior. Onde, o Art. 2º estabelece que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o

educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o ensino médio passou a compor a educação básica no Brasil; sendo, portanto o último período desta etapa do ensino. Mas até 2007, o ensino médio prosseguiu com políticas públicas insuficientes e não contava com uma fonte própria de financiamento (GARCIA, 2013).

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2006 foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e, em 2007, foi regulamentado em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), promovendo um aumento nos recursos destinados à educação no Brasil. Tais iniciativas, nas quais o Conselho Nacional de Educação (CNE) tem tido destacada participação, visam criar condições para que se possa avançar nas políticas educacionais brasileiras, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, à formação e valorização dos profissionais da educação e à inclusão social (CNE, 2011).

Desta forma, a criação da LDB de 1996, o surgimento de uma fonte financiadora e as novas exigências do mercado de trabalho por jovens com um nível maior de escolaridade fizeram com que ocorresse uma forte pressão dos concluintes do ensino fundamental para a entrada no ensino médio. Com isso, em 1996, de 5.739.077 matrículas no ensino médio, houve um salto para 9.169.357 em 2004, totalizando um crescimento de 59,8% (INEP, 2010).

Já a partir de 2004, houve uma estagnação no crescente aumento do número de matrículas no ensino médio, que veio contrariar perspectivas de continuidade dessa expansão, ainda que em índices mais modestos, assentadas numa certeza de que o incremento das correções de fluxo e a ampliação do número de concluintes no ensino fundamental continuariam a impactar a matrícula no ensino médio. No entanto, analisando a evolução das taxas de rendimento e de transição de 2000 a 2004, conclui-se o contrário: nos últimos anos, índices como reprovação, abandono, repetência e evasão vêm crescendo no ensino fundamental, o que resulta na redução do número de concluintes aptos a cursar o ensino médio (MEC, 2009).

Apesar das ações desenvolvidas pelos governos estaduais e pelo Ministério da Educação, os sistemas de ensino ainda não alcançaram as mudanças necessárias para alterar a percepção de conhecimento do seu contexto educativo e ainda não estabeleceram um projeto organizativo que atenda às novas demandas que buscam o Ensino Médio. Até 2011, mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos ainda não haviam atingido esta etapa da Educação Básica e

milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não concluíram o Ensino Médio, configurando uma grande dívida da sociedade com esta população (CNE, 2011).

Sendo assim, o ensino médio é alvo de grande atenção para que as ações que estão sendo executadas, como por exemplo, o Programa Ensino Médio Inovador, possam recuperar a qualidade da formação dos jovens e tornar a escola mais atrativa. Desta forma, pretende-se aumentar o número de jovens que ingressam e concluem, com qualidade, o ensino médio no Brasil.

2.2 Ensino Médio e a reforma curricular no Brasil

Muito se fala de currículo escolar, mas o que é o currículo? Em que ele ajuda na vida escolar? É possível encontrar inúmeras definições de currículo, pois elas têm variado no tempo e no espaço. Algumas definições tendem a enfatizar o conjunto de experiências adquiridas pelo aluno na escola. Outras recaem nos conteúdos e disciplinas a serem trabalhados com os estudantes com vistas a determinados objetivos. O que o currículo é, depende da forma como ele é definido pelos autores e pelas teorias que dele se ocupam (BARRETO, 2005). Sendo assim, para Silva (1996, p. 23):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Conforme Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. Desta forma, o currículo escolar tem ação direta na formação e desenvolvimento do aluno. Assim, é fácil perceber que a ideologia, cultura e poder nele configurados são determinantes no resultado educacional que se produzirá.

Por ser um item demasiadamente importante, a partir da segunda metade da década de 1990 foi realizada no Brasil uma reforma educacional no ensino médio. Para essa reforma, as diretrizes gerais incorporam quatro premissas assinaladas pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como eixos estruturados da educação em uma nova sociedade contemporânea, “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver, aprender a ser” (BRASIL, 1999).

As orientações educacionais intensificaram a necessidade de o ensino desenvolver competências, traçando um novo perfil para o currículo escolar:

[...] apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender. (BRASIL, 1999, p. 4).

Desta forma, a contextualização e a interdisciplinaridade, passaram a ser um assunto amplamente discutido para ser aplicado nas escolas de ensino médio.

Dentre as diretrizes que regeram essa reforma podemos citar a identificação do Ensino Médio com a formação geral básica, articulada com uma perspectiva de educação tecnológica e com o mundo do trabalho; o ideário de diversificação e flexibilização curricular, como forma de estabelecer um modelo educacional flexível de atendimento às diferentes clientelas; a autonomia da escola e do aluno na adequação curricular, favorecendo o processo formativo contextualizado; a definição de diretrizes curriculares nacionais que privilegiassem as competências e as habilidades básicas voltadas para o trânsito e a complementaridade entre o ensino regular e a formação profissional (DOMINGUES, TOSCHI e OLIVEIRA, 2000).

Essas diretrizes possibilitaram que o ensino médio assumisse uma independência própria dentro do ensino, a qual estará condicionada à incorporação das necessidades locais – características dos alunos e participação de professores e famílias na configuração do que é adequado a cada escola. O novo currículo envolve a base comum nacional e a parte diversificada, com conteúdos e habilidades a serem definidos clara e livremente pelos sistemas de ensino e pelas escolas, dentro dos princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, como forma de adequação às necessidades dos alunos e ao meio social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNC), proposta pelo Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Básica, e que ainda será submetido em escala nacional à apreciação crítica para ser revisto, complementado e modificado, a partir de uma consulta nacional baseada em três categorias: indivíduos (estudante da Educação Básica ou Ensino Superior; professor da Educação Básica ou Ensino Superior; pai ou responsável por estudante da Educação Básica; “outro”), organizações (sociedades científicas, associações e demais organizações interessadas) e redes (escolas, redes de ensino), propõe os objetivos de aprendizagem a serem considerados pelos professores e coordenadores quando elaborarem o

projeto pedagógico e o currículo de suas aulas. A BNC abrangerá toda a educação básica, desde o ingresso na creche até o ensino médio.

A BNC é citada em importantes documentos como a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 (BRASIL, 2012, p. 122), sendo prescrita nos artigos 210 e 26, respectivamente. A saber:

Art. 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Art. 26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Mas é nas Diretrizes Curriculares Nacionais que a BNC é efetivamente detalhada. E é a partir das DCNs que todo o processo atual de construção da BNC se inspira e se organiza. Mais recentemente a necessidade da BNC foi evidenciada ainda em outros documentos significativos para a Educação, frutos de discussões de todos os setores da sociedade. Ela está indicada nas Conferências Nacionais de Educação e também no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, s.d., p. 7).

A seguir alguns dos objetivos propostos pela BNC:

- desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos;
- se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, da escrita, das artes, da matemática, das ciências humanas e da natureza, assim como informar e se informar por meio dos vários recursos de comunicação e informação;
- experimentar vivências, individuais e coletivas, em práticas corporais e intelectuais nas artes, em letras, em ciências humanas, em ciências da natureza e em matemática, em situações significativas que promovam a descoberta de preferências e interesses, o questionamento livre, estimulando formação e encantamento pela cultura;

Para que possa cumprir este papel, ao longo da educação básica serão mobilizados recursos de todas as áreas de conhecimento e de cada um de seus componentes curriculares, de forma articulada e progressiva, pois em todas as atividades escolares aprende-se a se expressar, conviver, ocupar-se da saúde e do ambiente, localizar-se no tempo e no espaço, desenvolver visão de mundo e apreço pela cultura, associar saberes escolares ao contexto vivido, projetar a própria vida e tomar parte na condução dos destinos sociais (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, s.d.).

Sendo assim, cada área de conhecimento tem suas características e seus componentes curriculares, mas estes se articulam entre si para promover o ensino de qualidade nas escolas brasileiras.

O documento da Base Nacional Comum está organizado em quatro áreas do conhecimento: Linguagens (língua portuguesa, língua estrangeira moderna, arte e educação física), Matemática, Ciências Humanas (história, geografia, sociologia e filosofia) e Ciências da Natureza (biologia, física e química). Dessa forma propicia a interação e a contextualização entre os conteúdos ministrados em cada disciplina.

A consulta ao público foi concluída no dia 15 de março de 2016 e a versão final da Base Nacional Comum Curricular está prevista para ser apresentada em junho de 2016. No presente momento, uma nova fase no processo de construção coletiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) encontra-se em andamento: os Seminários Estaduais, voltados a debater a segunda versão da BNCC. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) são as instituições responsáveis pela articulação e organização dos seminários. A partir desses encontros, Consed e Undime sistematizarão as contribuições e desenvolverão relatório para entregar ao Ministério da Educação (MEC) até o final de agosto.

3 REORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

3.1 Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC-CE)

A Secretaria de Educação do Ceará foi criada em 1916, mas só em 1996 foi intitulada Secretaria de Educação Básica do Ceará, de acordo com a lei 12.613 de 07 de agosto de 1996. Sua missão é garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno.

A SEDUC, de acordo com sua missão desenvolve diversos projetos e programas com o intuito de melhorar o desenvolvimento do estudante e da escola. Dentre eles pode-se citar:

- Projeto Professor Diretor de Turma – um professor fica responsável por uma turma. Alguns dos objetivos são favorecer a articulação entre os alunos, pais e responsáveis, buscando promover um trabalho cooperativo; manter a assiduidade dos alunos, elevando o grau de sucesso na aprendizagem; oferecer uma educação sustentável que contemple a formação cidadã do aluno, dentre outros;
- Projeto Ensino Médio Noturno - Este projeto pretende estruturar a proposta de Reorganização Curricular do Ensino Médio Noturno nas escolas estaduais do Ceará;
- ENEM chego junto, chego bem - têm como finalidade mobilizar e preparar os estudantes da rede estadual para que possam fazer o Exame com segurança e perspectiva de ingresso no ensino superior. Entre as atividades pedagógicas ofertadas, os alunos contam com o Plantão Tira-Dúvidas; Preparação: Rumo à Universidade; Ciclo de Palestras; Sabadões do Enem e os Simulados feitos pelo Descomplica, Geekie e Seduc, além do fortalecimento da aprendizagem em sala de aula no dia a dia da escola;
- Núcleo Trabalho, Pesquisa e Demais Práticas Sociais (NTPPS) - tem como finalidade o desenvolvimento de competências sócioemocionais por meio da pesquisa, da interdisciplinaridade, do protagonismo estudantil, contribuindo fortemente para um ambiente escolar mais integrado, motivador e favorável à produção de conhecimentos.

Muitos são os projetos desenvolvidos pela SEDUC e estes englobam toda a educação básica do estado do Ceará.

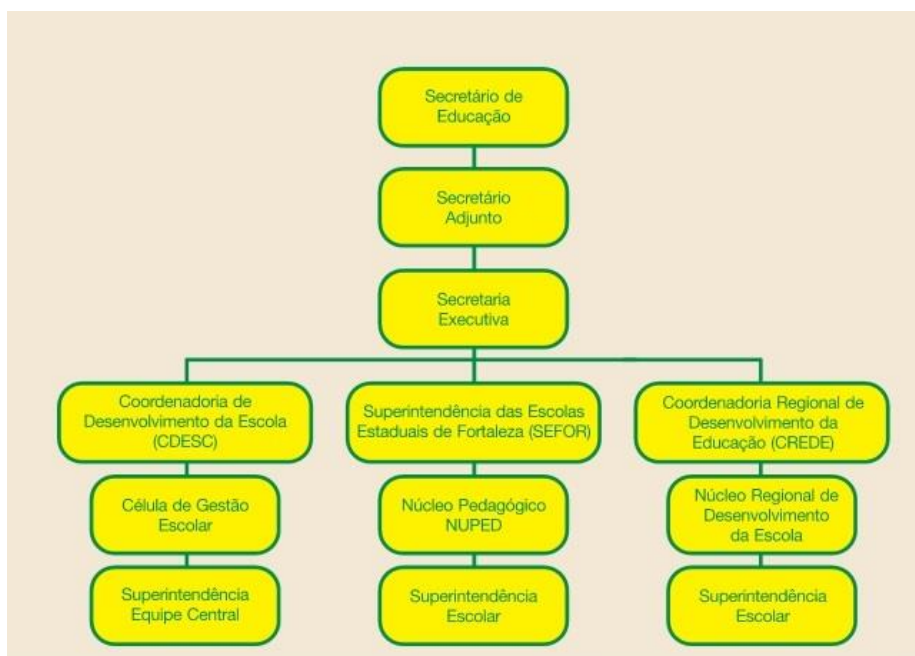
A SEDUC é dividida em 21 regionais designadas de CREDEs (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação) que são responsáveis por escolas em diversas localidades do Ceará. Para as escolas localizadas no município de Fortaleza, tem-se a Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), a qual é parte integrante da estrutura da SEDUC e responsável pela execução das políticas educacionais no âmbito das escolas estaduais de Fortaleza, buscando maior eficácia na gestão escolar, com foco no processo de aprendizagem, visando à melhoria dos resultados acadêmicos. A SEFOR

coordena e monitora as ações administrativas, de gestão e pedagógicas desenvolvidas pelas Unidades Escolares em consonância com os três pilares de sustentação: informações gerenciais, administrativo financeiro e desenvolvimento escolar (SEDUC, s.d.).

Com a missão de incorporar à rotina escolar o cuidado constante com a aprendizagem do aluno e o estímulo a sua permanência na escola, a SEDUC criou para as CREDEs e para a SEFOR, o serviço de Superintendência Escolar que tem o objetivo de acompanhar e apoiar a gestão nas unidades escolares e visa a fomentar um movimento de reflexão e ação em torno de três eixos principais: indicadores, processos escolares e instrumentos de gestão. Desta forma, as ações da Superintendência são um elo importante que aproximam a SEDUC das escolas (CEARÁ, s.d.).

Na Figura 1 pode-se observar a estrutura da SEDUC e onde a Superintendência está localizada em sua organização, estando diretamente ligada aos núcleos pedagógicos e de desenvolvimento das escolas.

Figura 1 – Localização da Superintendência na estrutura da SEDUC



Fonte: Livreto da Superintendência.

Sendo assim uma importante estrutura para o desenvolvimento das escolas, dos projetos voltados para os alunos, do acompanhamento do trabalho desenvolvido pela gestão,

do acompanhamento dos indicadores escolares, dentre outras atividades de acompanhamento administrativo-pedagógico dentro da unidade de Ensino Médio.

3.2 Uma proposta de renovação do modelo disciplinar

Uma proposta que foi amplamente discutida para ser implantada nas escolas públicas na tentativa de diminuir a evasão escolar e a reprovação dos alunos foi a semestralidade, já tendo sido citada na LDB de 1996 como forma de reorganização do ensino.

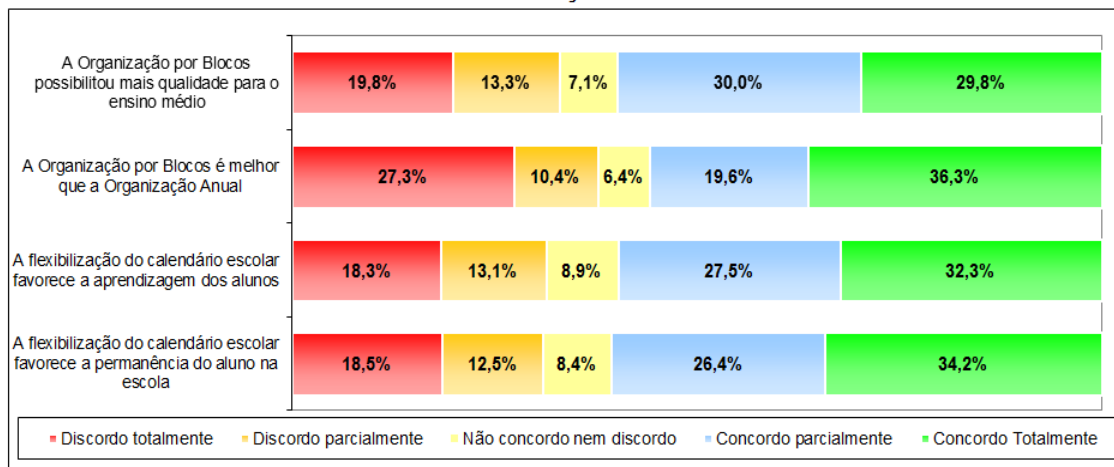
De acordo com o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96):

Artº 23 – A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Desta forma, baseando-se no que a LDB recomenda, a escola decide qual o modelo de organização se adequa melhor aos seus alunos. Neste sentido, o sistema de ensino é organizado através da anualidade. Entretanto, outra experiência tem sido a organização por semestralidade, aliás esse modelo de ensino médio, baseado na semestralidade, é executado há algum tempo em estados brasileiros como Paraná, Goiás e Ceará, além do Distrito Federal.

No Paraná, o Ensino Médio é estruturado em blocos de disciplinas semestrais. Foi desenvolvido e implantado a partir de 2009, após debates entre Secretaria do Estado da Educação (SEED), Núcleos regionais de Educação e instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio, levantar a necessidade de desenvolver propostas que visem diminuir a evasão e o abandono escolar (TOMAZI E MARTINS, s.d.).

De acordo com uma consulta pública realizada pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná em 2011 com professores que trabalham com a semestralidade no Paraná, percebeu-se que a maioria dos entrevistados concorda que a semestralidade possibilitou mais qualidade para o ensino médio e que estes preferem a organização por blocos que a anual, além de a flexibilização no calendário escolar favorecer a aprendizagem dos alunos e sua permanência na escola, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Percentual de respostas segundo avaliação dos aspectos II**PERCENTUAL DE RESPOSTAS SEGUNDO AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS II**

Nota: apenas registros informados na pesquisa

Fonte: Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=615>.

Em Goiás, este novo modo de sistema de ensino não obteve sucesso, estando à beira da extinção. De acordo com Sakkis (2013), mais de 90% das unidades que aderiram ao método a partir de 2009 recuaram e restituíram o ano letivo porque os efeitos não foram os esperados (SAKKIS, 2013).

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2014), a implantação da semestralidade ocorreu em 2011, com a adesão de apenas 11 escolas, sendo que este número aumentou para 74 em 2014. Além do aumento na adesão da proposta semestral de ensino, há indicativos que a semestralidade proporcionou a diminuição nas reprovações e no abandono escolar.

A discussão da reorganização curricular do ensino médio no Ceará teve início em 2009 no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), com a proposta de implantação do sistema de semestralidade no ensino noturno.

A semestralidade tem como característica a divisão das disciplinas em dois blocos - I e II - os quais possuem as diversas disciplinas que compõem o currículo escolar, que serão desenvolvidas, simultaneamente, em turmas distintas a cada semestre. No semestre seguinte, o professor que estava com o bloco I trocará de turmas assumindo o bloco II e vice-versa. As disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física permanecem sem alteração durante os dois semestres letivos. O fato das duas primeiras disciplinas aparecerem nos dois semestres do ano assegura que ambas tenham independência entre os conteúdos estudados em

cada bloco, além de apresentarem carga horária superior às demais. Já a disciplina de educação física permanece, pois o educando necessita da atividade física em seu período escolar. As demais disciplinas não apresentam déficit em sua carga horária, pois no sistema semestral ocorre a duplicação da carga horária de cada disciplina.

Como este novo modelo de organização permite que o estudante se relacione com menos disciplinas ao mesmo tempo, a ordenação do conhecimento se faz em espaços de tempo maiores e mais flexíveis, que favorecem o trabalho pedagógico diversificado e integrado (SEEDF, 2012).

Além de promover um maior contato do professor com os estudantes, a adoção de metodologias participativas e maior aprofundamento dos conteúdos trabalhados qualificam o tempo escolar e a relação pedagógica entre professor e estudante, que é sempre mediada pelo conhecimento (SEEDF, s. d.).

3.3 Características da semestralidade no estado do Ceará

O mapa curricular da maioria das escolas anuais é composto por 13 (treze) disciplinas, dentre elas: língua portuguesa; educação física; artes; língua estrangeira (inglês e espanhol); matemática; biologia; química; física; história; geografia; filosofia e sociologia. Sendo da parte diversificada apenas a disciplina de língua estrangeira. Na semestralidade, além das disciplinas anteriormente citadas, acrescenta-se na parte diversificada as disciplinas de formação para o trabalho e formação para a cidadania.

As disciplinas são divididas em dois blocos, cada um com uma média de oito componentes, gerando uma carga horária semestral de 400h/a (FIGURA 3), podendo o estudante avançar para a série seguinte apenas quando concluir os dois blocos das disciplinas.

Como apresentado na Figura 3, mantêm-se os limites de carga horária determinados pela LDB e reforçados no Parecer CNE/CEB nº 15/98 e na Resolução CNE/CEB nº 3/98, a saber, mínimo de 800 horas em cada ano do ensino médio, distribuídas em pelo menos 200 dias letivos. Limites esses que ainda se mantêm nas Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, em fase de homologação no Ministério da Educação (MEC).

Figura 3: Divisão das Disciplinas em Blocos e suas respectivas cargas horárias

Bloco A	C/H Semanal	C/H Semestre
Matemática	2	40
Biologia	3	60
Química	3	60
Sociologia	2	40
História	3	60
Língua Portuguesa	3	60
Educação Física	1	20
Formação para a Cidadania	1	20
Formação para o Trabalho	2	40
Carga Total	20	400
Bloco B	C/H Semanal	C/H Semestre
Matemática	3	60
Física	3	60
Filosofia	2	40
Geografia	3	60
Língua Portuguesa	3	60
Arte	1	20
Língua Estrangeira	2	40
Formação para a Cidadania	1	20
Formação para o Trabalho	2	40
Carga Total	20	400

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (CODEA)

De acordo com a CODEA, o registro de notas é feito no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) duas vezes por semestre, o primeiro no 50º dia letivo e o segundo no 100º dia.

Quanto à transferência de alunos de escolas semestrais para anuais, fica regido de acordo com o disposto no Art. 23, §1º da LDB, em que “a escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais”.

O documento encontrado na Figura 4 é disponibilizado para as escolas como forma de facilitar esse processo.

Figura 4: Ficha modelo de relatório de transferência de alunos

Ficha Modelo de Relatório de Transferência de Alunos

Aluno:						Série:		
Resultado do 1º Semestre								
Disciplinas								
Notas								

A escola adota o regime semestral tal como previsto no Art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96:

“A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”

Ainda conforme a LDB 9394/96, em seu Art. 23, § 1º:

“A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais”

Disciplinas para Reclassificação								
Disciplinas								
Notas								

Fortaleza, ____ de _____ de _____

Obs.:

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (CODEA)

3.4 Intuitos e implantação da semestralidade no estado do Ceará

No Ceará, a mudança no modo como o ensino era disposto se deu primeiramente no ensino médio noturno, pois as dificuldades como assiduidade e alta evasão escolar são grandes problemas enfrentados por escolas da rede pública de ensino. Diante disso, repensar a relevância da educação escolar e suas diretrizes faz parte de políticas públicas que entendem a magnitude dos desafios aos quais os cidadãos devem conhecer e aprender a lidar (GOMES, s. d.).

Devido à insatisfação com os indicadores escolares do ensino médio noturno, a SEDUC iniciou um amplo debate com gestores e especialistas sobre o tema. E, após diversas reuniões e estudos sobre como melhorar o ensino noturno, surgiu o projeto de implantar a semestralidade no turno da noite em algumas escolas, na tentativa de revitalizar a escola noturna.

De acordo com a SEDUC, os resultados esperados pelo programa de semestralidade são: redução da infrequência, abandono e evasão escolares, expressa pelo monitoramento cotidiano da presença dos alunos e da identificação dos alunos que retornam aos estudos ao fim de um período, tendo ou não tido sucesso; melhoria nos resultados de aprendizagem, expressos pelas avaliações internas e externas; e, melhoria do clima escolar, expresso através do diálogo entre professores e alunos.

Em 2011, seis escolas do Ceará, as quais seus gestores participavam ativamente das discussões sobre a implantação da semestralidade no ensino noturno, foram pilotos na implantação do projeto de reformulação do modelo seriado para o semestral, são elas:

- a) E.E.F.M. - Integrada 2 de Maio;
- b) E.E.F.M. - Cesar Cals;
- c) CAIC Maria Alves Carioca;
- d) E.E.M. - Liceu de Messejana;
- e) E.E.F.M. - Walter de Sá Cavalcante, e;
- f) E.E.F.M. - Lions Jangada.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o ensino na modalidade de semestralidade na rede de ensino pública estadual do Ceará a partir da percepção dos professores da educação básica.

Neste sentido, esta pesquisa se caracteriza como sendo bibliográfica e documental, além de ser um estudo de caso, com análise qualitativa, baseado em questionário construído a partir da escala de Likert, utilizando-se de fontes primárias e secundárias de pesquisa, em que se sobressai a capacidade analítica da pesquisa no tratamento dos dados em questão.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Ainda de acordo com Gil (2008), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

O presente trabalho tem por objeto o estudo do modelo semestral implantado na escola Walter de Sá Cavalcante, baseando-se no ponto de vista dos professores, sendo assim uma pesquisa interpretativa e construtivista, resultando em um estudo de caso qualitativo.

Deste modo, Stake (1999) assinala três diferenças importantes entre a perspectiva qualitativa e quantitativa da investigação: i) a distinção entre explicação e compreensão; ii) a distinção entre função pessoal e impessoal do investigador; iii) a distinção entre conhecimento descoberto e construído.

Para este autor, do ponto de vista da investigação qualitativa, procura-se a compreensão das complexas inter-relações que acontecem na vida real, onde o investigador tem uma pessoalidade com o desenvolvimento da pesquisa, emitindo seus valores a respeito do assunto, procurando na investigação a lógica da construção do conhecimento. Já na pesquisa quantitativa, procura-se a relação causa-efeito para estabelecer generalizações aplicáveis a diversas situações, tendo o investigador um carácter impessoal, não alterando o rumo da investigação e procurando a lógica da descoberta.

Godoy (1995a, p.62) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber:

- O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- O carácter descritivo;
- O significado que as pessoas dão as coisas e á sua vida como preocupação do investigador;
- Enfoque indutivo.

Para Denzin e Lincoln (2000), a abordagem qualitativa tem tido diferentes significados ao longo da evolução do pensamento científico, mas se pode dizer, enquanto definição genérica, que abrange estudos nos quais se localiza o observador no mundo, constituindo-se, portanto, num enfoque naturalístico e interpretativo da realidade.

Sendo assim, as duas definições corroboram para o mesmo pensamento, em que a pesquisa qualitativa foca no significado e interpretação de um determinado tema, onde se tem opiniões distintas á respeito de um assunto.

A técnica utilizada nesta pesquisa baseia-se em questionário construído a partir da escala Likert, que pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (TANUR *apud* PINSONNEAULT & KRAEMER, 1993).

Para a pesquisa desenvolvida neste trabalho, o questionário (ANEXO I) refere-se á opinião dos professores do ensino médio da escola estudada sobre o modelo semestral de currículo.

4.2 Caracterização da escola

A escola de Ensino Fundamental e Médio Wálter de Sá Cavalcante está localizada no bairro Cidade dos Funcionários em Fortaleza. É uma instituição de ensino que conta com 35 professores (efetivos e temporários) ativos em salas de aula; 2 coordenadores e 1 diretor. O quadro de alunos é composto por 794 alunos, divididos em 2 turmas de 9º ano do ensino fundamental; 9 turmas do 1º ano do ensino médio; 9 turmas do 2º ano do ensino médio e 7 turmas do 3º ano do ensino médio.

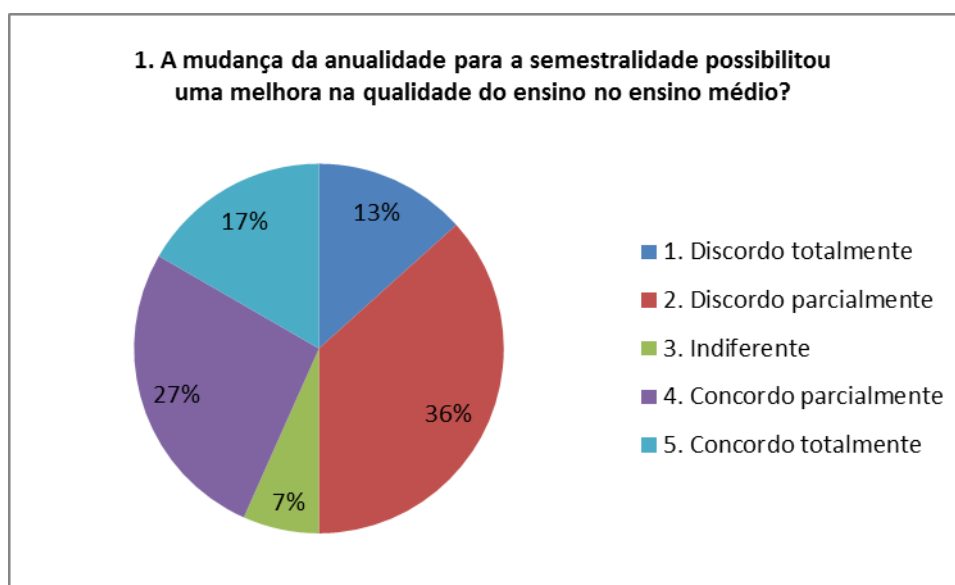
A escola trabalha no sistema semestral de ensino nos três turnos que funciona. Tendo iniciado esta metodologia no ano de 2011 no ensino noturno e estendido para o ensino diurno no ano seguinte. Apenas o ensino fundamental não abrange o ensino semestral, permanecendo no sistema anual de ensino.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra da pesquisa consiste no universo de 35 professores ativos em sala de aula na Escola Walter de Sá Cavalcante; entretanto 30 se disponibilizaram para responder ao questionário sobre o ensino semestral. Portanto, se constituindo numa amostra significativa que valida as análises apresentadas acerca do ensino por semestralidade a partir da experiência da escola Walter de Sá Cavalcante.

As perguntas foram formuladas e expressas através de gráfico e sua posterior análise das mesmas. A primeira pergunta versa sobre a semestralidade do ensino, expresso o resultado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – A mudança da anualidade para a semestralidade possibilitou uma melhora na qualidade do ensino no ensino médio?



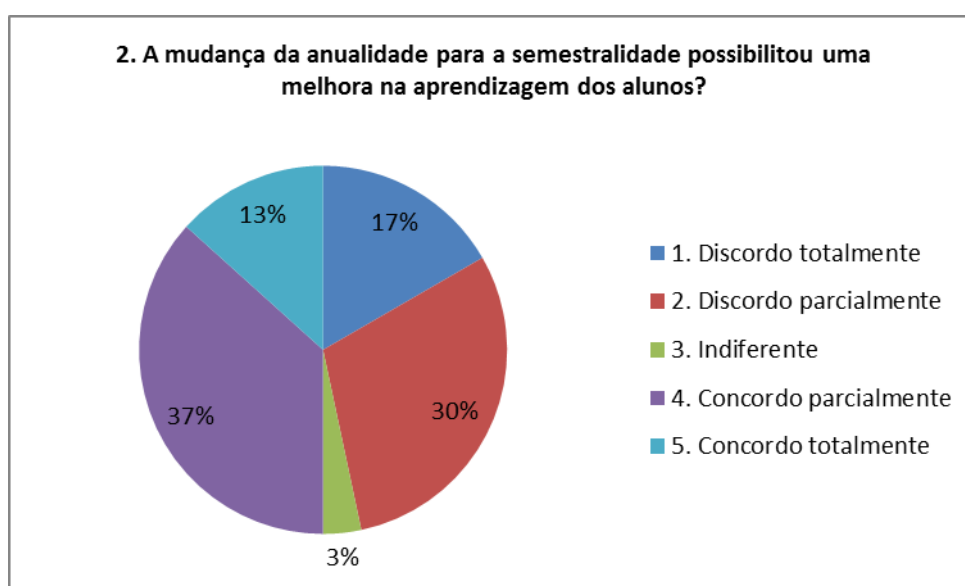
Fonte: Pesquisa direta.

Na análise dos resultados, verifica-se que 36% dos professores responderam que discordam parcialmente que a mudança da anualidade para a semestralidade possibilitou uma melhora na qualidade do ensino no ensino médio. Este número aumenta quando incluimos que 13% dos docentes discordam totalmente desta pergunta, totalizando assim 49% de discordância. Em contrapartida, 44% responderam que concordam totalmente e concordam parcialmente que houve uma melhoria com a mudança de modalidade. Portanto, pode-se perceber que os professores estão divididos sobre a melhora na qualidade do ensino na modalidade semestral. Essa percepção dividida se deve ao fato de que a melhora na qualidade

é uma constante difícil de ser percebida apenas na visualização dos alunos em sala, provavelmente seria necessário se fazer um levantamento de índices como melhora nas avaliações externas, melhora das médias gerais dos alunos e quantidade de reprovações, por exemplo.

A segunda pergunta trata de verificar se a semestralidade melhorou a aprendizagem, com resultados expressos no Gráfico 2:

Gráfico 2 – A mudança da anualidade para a semestralidade possibilitou uma melhora na aprendizagem dos alunos?



Fonte: Pesquisa direta.

Pode-se notar que os professores possuem opiniões bem divididas em relação ao ensino semestral; visto que 50% destes concordaram parcialmente e totalmente que a mudança da anualidade para a semestralidade possibilitou uma melhora na aprendizagem dos alunos e, que 47% dos docentes discordam parcialmente e totalmente de tal fato.

Este resultado pode ser explicado mais uma vez pelo fato de não haver estudos pós-implantação da semestralidade, fazendo com que os professores tenham apenas a vivência em sala de aula desses resultados.

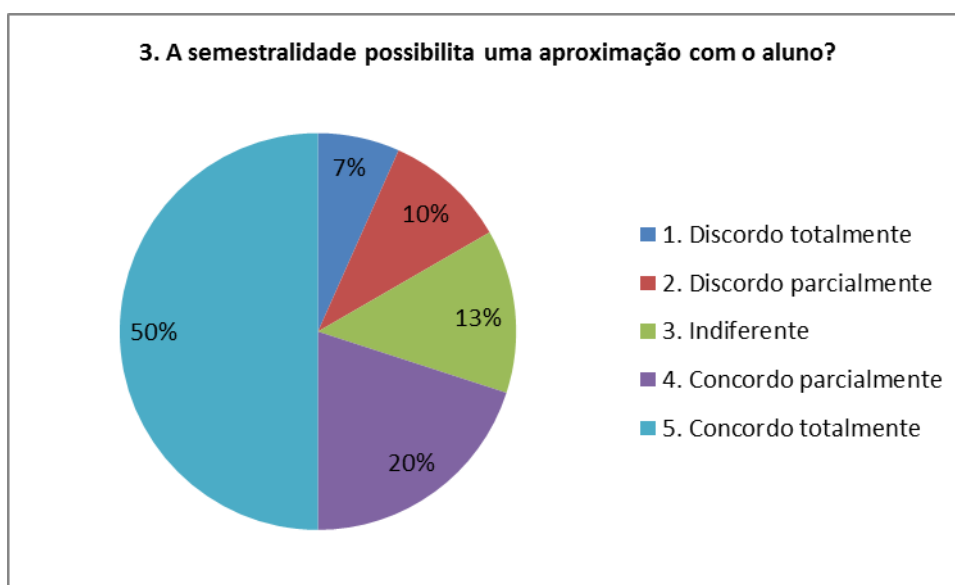
A terceira pergunta fala sobre a aproximação na relação professor/aluno, e seu resultado está expresso no Gráfico 3, onde 50% das respostas indicam a concordância total e 20% indicam a concordância parcial que a semestralidade possibilita uma aproximação com o

aluno, visto que em relação ao sistema anual de ensino, a semestralidade permite um aumento na quantidade de horas/aula da disciplina por semana.

Apenas 7% discordaram totalmente e 10% discordaram parcialmente dessa pergunta, ficando 13% dos professores indiferentes quanto ao assunto.

Com o aumento do contato com o aluno, o professor pode observar melhor as dificuldades dos discentes e, com isso, desenvolver um trabalho diferenciado de acordo com a necessidade das turmas.

GRÁFICO 3 – A semestralidade possibilita uma aproximação com o aluno?



Fonte: Pesquisa direta.

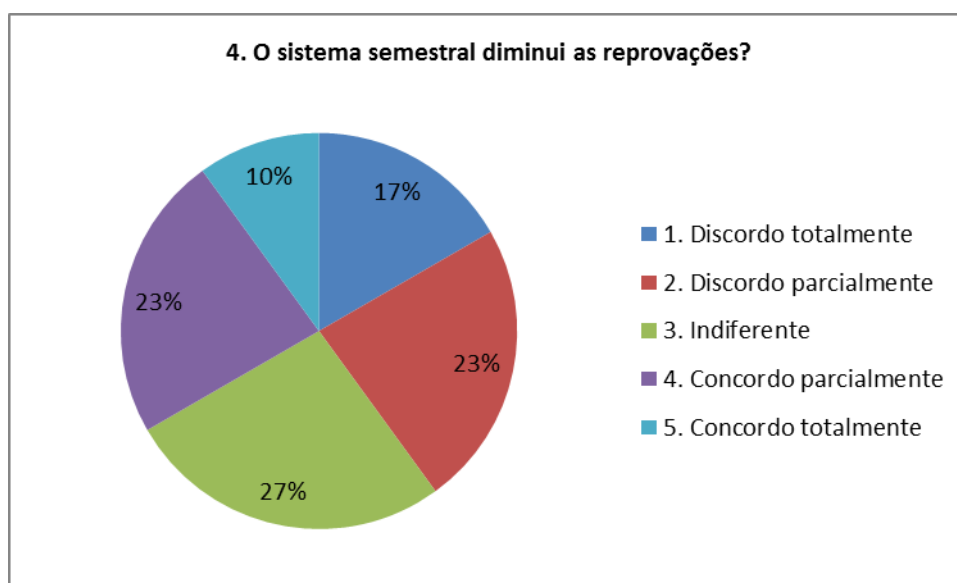
A quarta pergunta diz respeito sobre a diminuição das reprovações no sistema semestral, onde novamente os professores demonstraram uma grande divergência de opiniões. Como é possível observar no Gráfico 4, 33% das respostas indicam que os professores concordam parcialmente e totalmente com a indagação, 40% discordam totalmente e parcialmente e 27% se mostraram indiferentes, levando mais uma vez a impossibilidade de comprovar a eficácia do ensino semestral.

Em sua proposta para ser implantado, um dos motivos principais para o ensino por blocos de disciplinas, foi a provável diminuição das reprovações em relação ao sistema anual, mas pode se observar que os docentes demonstram dúvidas a respeito da real situação das reprovações no sistema semestral.

De acordo com dados obtidos diretamente com documentos da escola pesquisada, tem-se que em 2010, quando o ensino era anual, 8,5% dos alunos matriculados no ensino médio reprovaram o ano letivo e que em 2015, quando o ensino já era semestral, este número aumentou para 11,68%.

Desta forma, o ensino por semestralidade não conseguiu reduzir este índice numérico, indo de acordo com o que os professores responderam.

GRÁFICO 4 – O sistema semestral diminui as reprovações?



Fonte: Pesquisa direta.

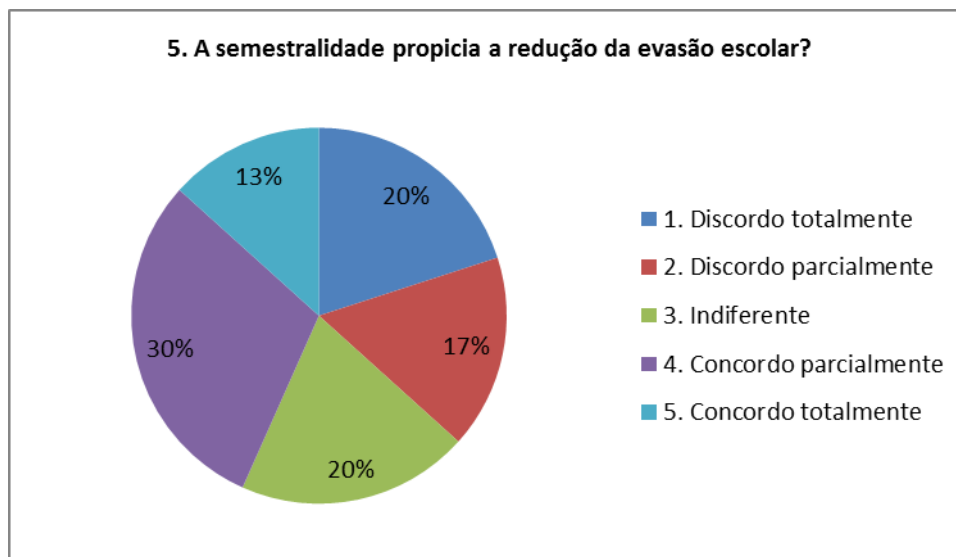
A quinta pergunta refere-se à redução da evasão escolar, onde se tem mais um dos motivos citados para a implantação do ensino por semestres nas escolas, tem-se que 20% dos docentes discordam totalmente e que 17% discordam parcialmente da pergunta. Em contrapartida, tem-se que 33% afirmaram totalmente e parcialmente que há uma redução da evasão dos alunos nesta modalidade de ensino e que 20% disseram que este fato é indiferente (GRÁFICO 5).

Desta forma, pode-se perceber outra vez que os professores estão divididos quanto à eficácia do ensino semestral.

Mas através de dados obtidos com a escola pesquisada tem-se que em 2010, último ano como ensino anual, tinha-se que 25,87% dos alunos do ensino médio desistiam dos estudos e, que em 2015, apenas 11,55% dos alunos evadiram da escola.

Desta forma, percebe-se que com a semestralidade no ensino médio, houve uma redução de 14,22% na evasão escolar.

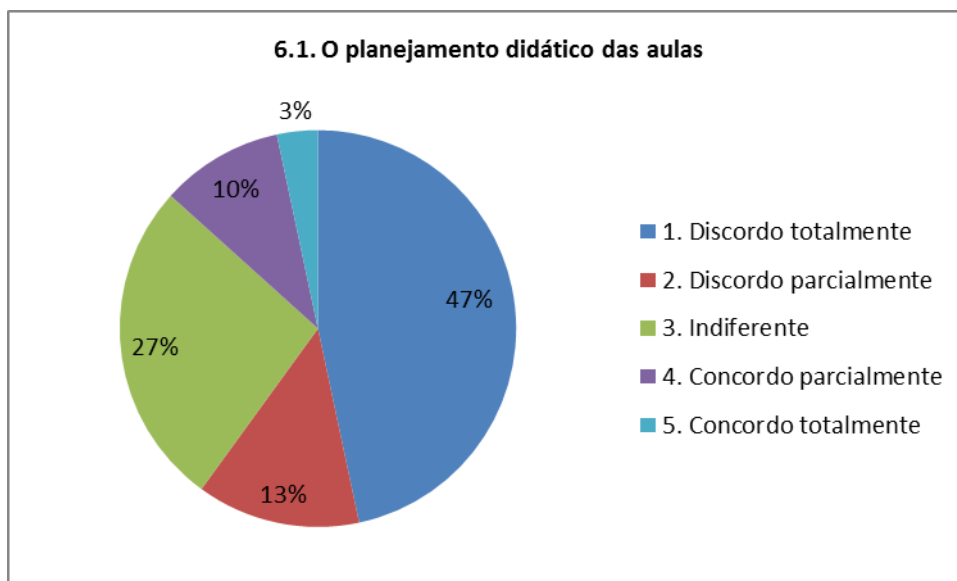
GRÁFICO 5 – A semestralidade propicia a redução da evasão escolar?



Fonte: Pesquisa direta.

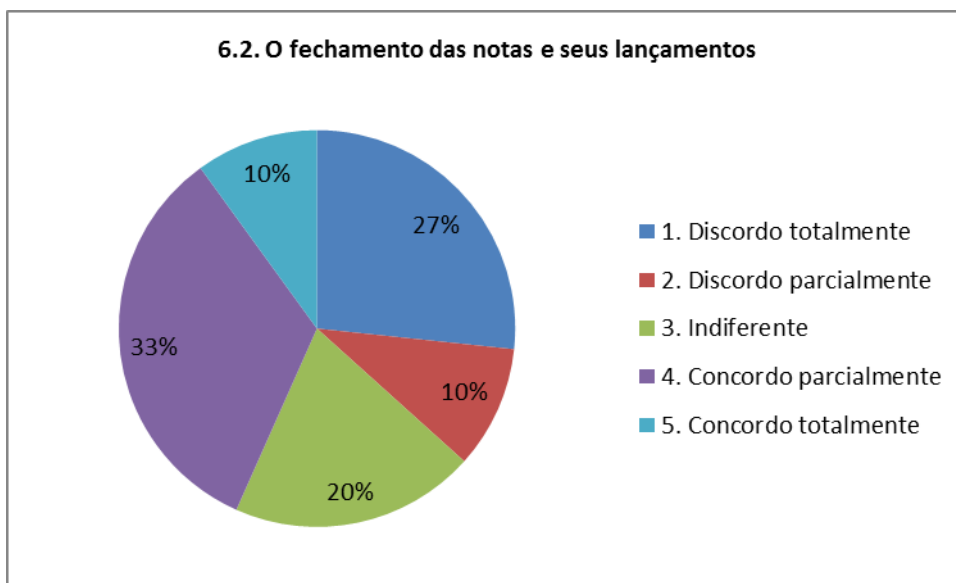
As perguntas 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4 são referentes ao maior problema da semestralidade.

Sendo assim, o questionamento 6.1 indaga sobre o planejamento didático das aulas podendo-se observar que 60% discordam totalmente e parcialmente que este seja um problema na semestralidade, já que os conteúdos e as horas de planejamento de aulas são os mesmos da modalidade anual de ensino. Como demonstrado no Gráfico 6, 27% disseram que o planejamento das aulas não se altera com a semestralidade e apenas 13% concordam parcialmente e totalmente que este seja um problema para a utilização do ensino por semestralidade.

GRÁFICO 6 – O planejamento didático das aulas

Fonte: Pesquisa direta.

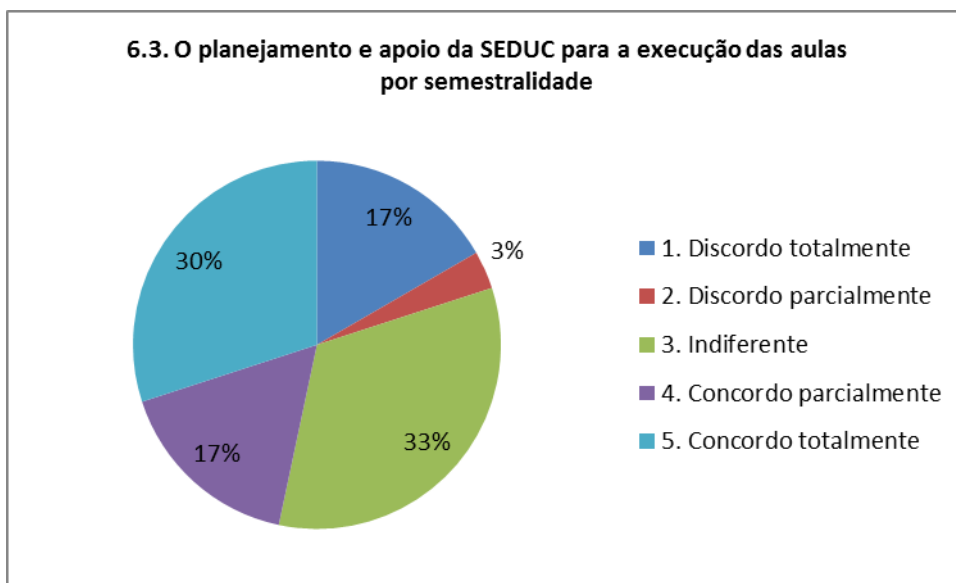
O Gráfico 7 é referente a questão 6.2 que diz respeito ao fechamento e lançamento das notas no ensino semestral, onde 27% dos professores discordam totalmente e 10% discordam parcialmente que este seja um problema na semestralidade. Em oposição, 33% concordam parcialmente e 10% concordam totalmente que este seja um problema, visto que a SEDUC não possui um sistema adequado à semestralidade. Desta forma, o fechamento e o lançamento de notas continuam no estilo anual de ensino, tendo os professores e a secretaria da escola que se adequar para lançar as notas bimestralmente.

GRÁFICO 7 – O fechamento das notas e seus lançamentos

Fonte: Pesquisa direta.

O resultado da questão 6.3 está demonstrado no Gráfico 8, onde 47% dos docentes afirmam totalmente e parcialmente que o planejamento e apoio da SEDUC para a execução das aulas por semestralidade é um dos grandes problemas do ensino semestral, já que apesar da escola funcionar com blocos de disciplinas, a SEDUC ainda não possui um sistema que se adeque a esta modalidade de ensino, tendo a escola que se adaptar ao sistema anual da SEDUC. Além de que nenhuma formação sobre semestralidade foi feita com os professores, tendo estes que se adaptar ao ensino semestral.

Quanto a esta questão, 20% dos questionados discordam parcialmente e totalmente que este seja um problema para a semestralidade e 33% se mostraram indiferentes.

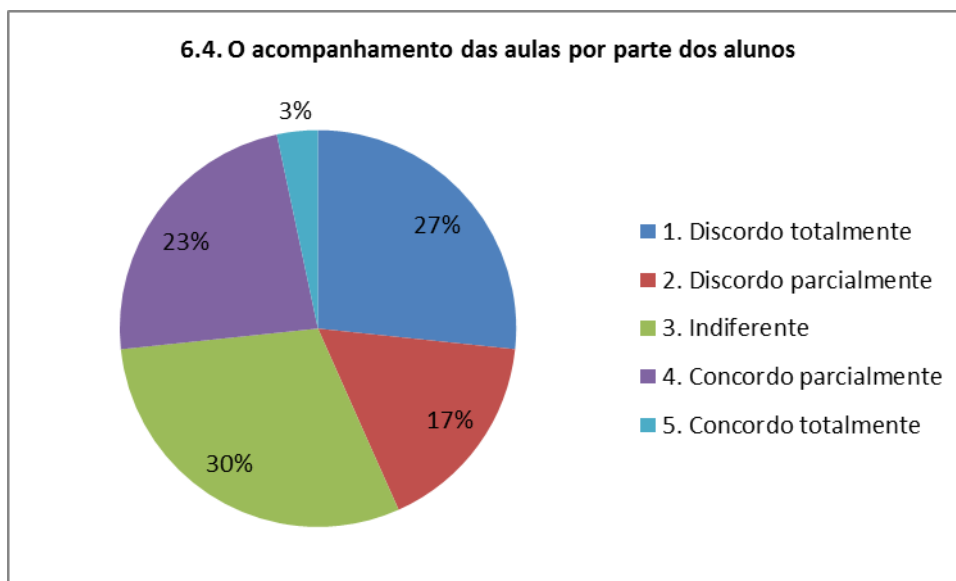
GRÁFICO 8 – O planejamento e apoio da SEDUC para a execução das aulas por semestralidade

Fonte: Pesquisa direta.

A questão 6.4 refere-se ao acompanhamento das aulas por parte dos alunos e tem-se que 27% discordam totalmente e que 17% discordam parcialmente sobre esta indagação, não se configurando assim um problema para a semestralidade, haja vista que os discentes conseguem se adaptar e acompanhar este novo estilo de ensino.

Para 30% dos docentes, essa questão é indiferente e para 26%, concordam totalmente e parcialmente que o acompanhamento das aulas pelos alunos configura-se em um problema.

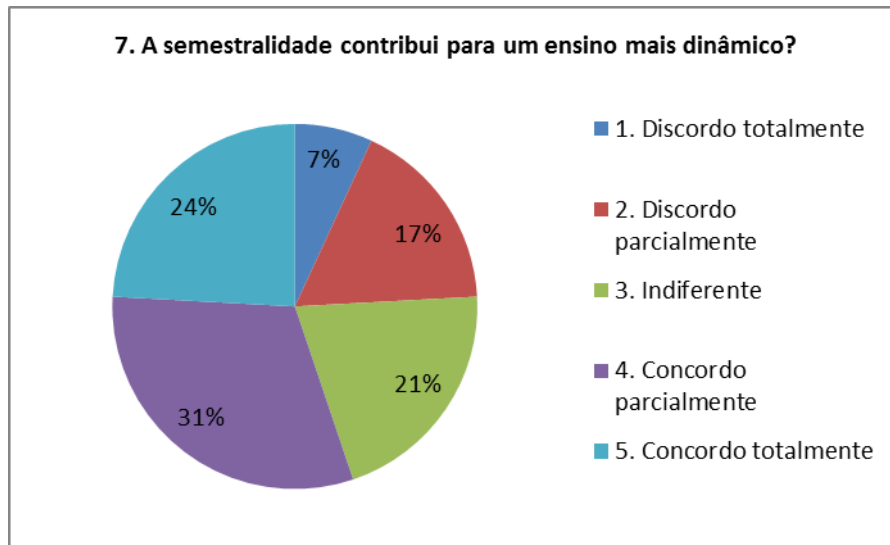
Muitos professores questionam que o ensino semestral acelera a passagem de conteúdo para os alunos, já que o mesmo conteúdo disciplinar deve ser repassado em menos tempo, tornando-se assim mais dificultoso para os discentes acompanharem o andamento das aulas.

GRÁFICO 9 – O acompanhamento das aulas por parte dos alunos

Fonte: Pesquisa direta.

A sétima pergunta versa sobre o ensino dinâmico dos conteúdos em sala. Quanto a esta indagação, 55% dos professores concordam totalmente e parcialmente que essa modalidade de ensino contribua sim para um ensino mais dinâmico dos conteúdos. Apenas 24% não concordam totalmente e parcialmente com esta citação e 21% disseram que esta questão é indiferente para o dinamismo das aulas (GRÁFICO 10).

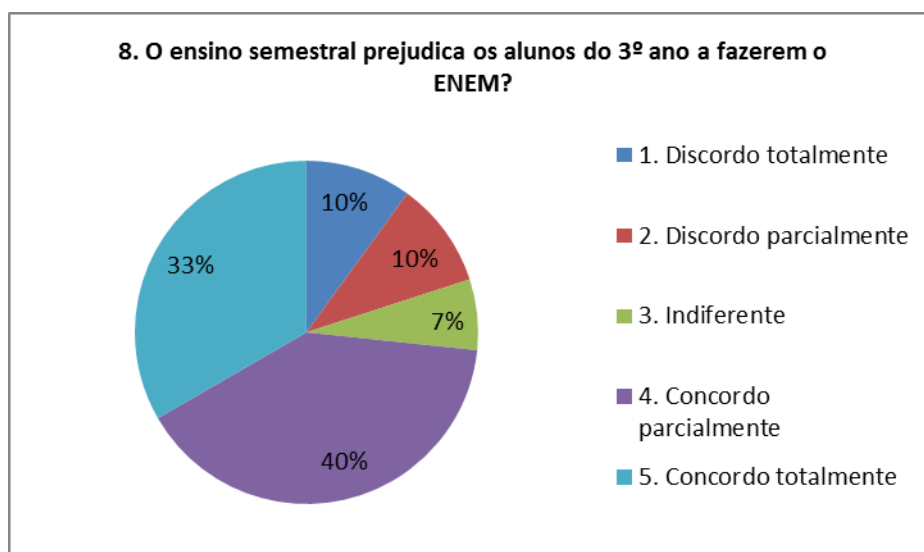
Desta forma, pode-se perceber que para os professores, as aulas tornam-se mais dinâmicas, já que há um aumento da carga horária semanal em comparação ao sistema anual, proporcionando ao professor planejar e executar suas aulas de forma mais atrativa e dinâmica para os alunos.

GRÁFICO 10 – A semestralidade contribui para um ensino mais dinâmico?

Fonte: Pesquisa direta.

A oitava pergunta indaga se a semestralidade prejudica os alunos que irão fazer ENEM. A maior parte dos professores, 73%, afirmam totalmente e parcialmente que este modelo de ensino bloqueado prejudica os alunos do 3º ano do ensino médio no ENEM, pois como as disciplinas são divididas em semestres, os discentes ficam muito tempo sem ter contato com os conteúdos do primeiro bloco de ensino.

Apenas 20% discordam totalmente e parcialmente que haja um prejuízo para os alunos e 7% dizem que é indiferente este questionamento (GRÁFICO 11).

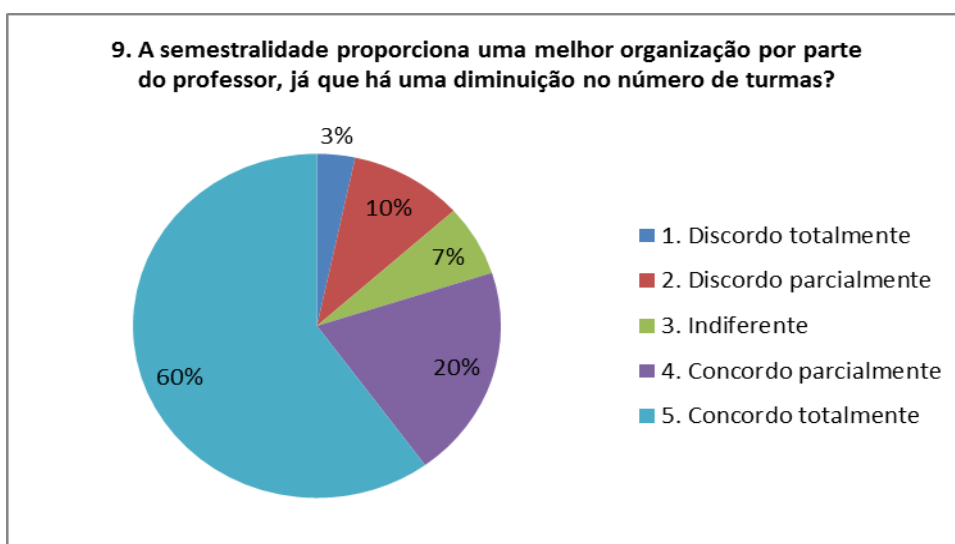
GRÁFICO 11 – O ensino semestral prejudica os alunos do 3º ano a fazerem o ENEM?

Fonte: Pesquisa direta.

A nona pergunta diz respeito à melhor organização por parte do professor. Para 80% dos professores que participaram do estudo, a semestralidade proporciona uma melhor organização para os professores, já que a quantidade de turmas é reduzida a metade em relação ao ensino anual. Desta forma, o docente pode planejar melhor suas aulas.

Em desacordo ao questionamento, 13% disseram que a semestralidade não proporciona uma melhor organização para o professor e 7% responderam que eram indiferentes à pergunta (GRÁFICO 12).

GRÁFICO 12 – A semestralidade proporciona uma melhor organização por parte do professor, já que há uma diminuição no número de turmas?



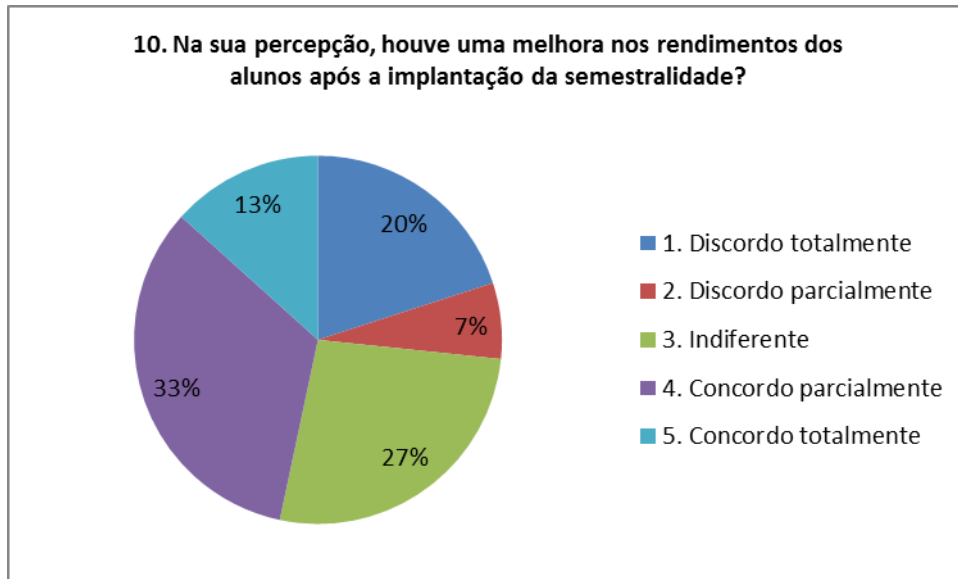
Fonte:

Pesquisa direta.

A última questão refere-se à melhora do rendimento dos alunos com a semestralidade (GRÁFICO 13).

Pode se perceber que 20% discordam totalmente e que 7% discordam parcialmente da pergunta. Com o mesmo percentual de 27%, os docentes disseram que a melhoria no rendimento é indiferente em relação ao ensino anual.

GRÁFICO 13 – Na sua percepção, houve uma melhora no rendimento dos alunos após a implantação da semestralidade?



Fonte: Pesquisa direta.

Porém, com 46% do total de respostas, os professores concordam totalmente e parcialmente que a semestralidade proporcionou uma melhora nos rendimentos dos alunos, já que há uma diminuição na quantidade de disciplinas por semestre e há um aumento no contato com o professor e sua disciplina.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O mestrado profissional tem como um de seus objetivos a elaboração de um produto educacional que seja de utilidade para a sociedade. Desta forma, a partir dos estudos realizados para o desenvolvimento deste trabalho e através das respostas dos questionários aplicados com os docentes, decidiu-se elaborar uma planilha para o lançamento de notas no sistema semestral de ensino.

Através dos questionários se observou que um dos maiores problemas do ensino semestral é o lançamento das notas para o sistema da SEDUC. Mas não é apenas uma queixa dos professores, os funcionários da secretaria da E.E.F.M. Walter de Sá Cavalcante disseram ter bastante dificuldade com o lançamento das notas devido o sistema ainda ser anual.

Então, para tentar resolver este problema, foi desenvolvida uma planilha que possa servir de modelo para o lançamento das notas no sistema semestral. A planilha foi executada no Microsoft Excel e possui espaços para o lançamento das notas de avaliações, sejam elas qualitativas (auto avaliações dos alunos, projeto Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais – NTPPS, etc) ou quantitativas (avaliações globais, parciais e trabalhos)..

A planilha de lançamento de notas foi elaborada no contexto do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal do Ceará e é parte integrante da dissertação “O ensino na modalidade de semestralidade na rede de ensino pública estadual do Ceará na percepção dos professores: um estudo de caso”.

A partir desta pesquisa, percebeu-se a necessidade de elaborar uma planilha que facilitasse o lançamento de notas, tanto pelos professores como a colocação de notas no sistema da SEDUC.

A nova planilha facilitaria o trabalho em diversos níveis: i) é fácil de manusear; ii) calcula a média automaticamente; iii) demonstra, através de cores, se o aluno está abaixo da média; iv) se adequa ao ensino semestral.

Esta ferramenta pode servir de molde para que a SEDUC desenvolva um sistema adequado para o ensino por semestralidade, onde não há o tempo relacionado aos bimestres, típicos do ensino anual.

Desta forma, um dos quesitos que foram muito questionado pelos professores durante a pesquisa realizada, poderia ser sanado e o lançamento das notas não se configuraria mais em um empecilho para o ensino semestral.

6.1. Avaliação da aprendizagem: algumas considerações

6.1.1. A avaliação da aprendizagem: apresentando concepções

No contexto escolar, muito se fala em avaliação, tanto na concepção da avaliação do ensino, avaliação da aprendizagem, sendo um conceito altamente relacionado com a escola. Mas, na verdade, o que é avaliar?

Roldão (2003) considera a avaliação como um conjunto organizado de processos que para além do acompanhamento regulador de qualquer aprendizagem pretendida, incorporam a verificação da sua consecução.

Para Perrenoud (1999), avaliar é hierarquizar; através da avaliação, são criadas hierarquias de excelência, os alunos são comparados e depois classificados em função de uma norma preestabelecida, o que segundo este autor, pode causar constrangimentos e conflitos, derivados da segregação.

Desta forma, nas escolas ditas tradicionais, a avaliação serve para medir o grau de conhecimento de cada aluno através de testes com perguntas referentes à determinado conteúdo, para que depois esses alunos sejam classificados em uma lista de aprovados e reprovados.

Mas essa concepção de avaliação está mudando, em diversas escolas, a avaliação vem sendo focada na aprendizagem do aluno, para que não somente seja um método de verificar o que este aprendeu, mas também para ajudar na facilitação da aprendizagem.

Então, a avaliação das aprendizagens pode ser entendida como todo e qualquer processo deliberado e sistemático de recolha de informação, mais ou menos participado e interativo, mais ou menos negociado, mais ou menos contextualizado, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer numa diversidade de situações (FERNANDES, 2005, p.16).

Desta forma pode-se falar, basicamente, em três tipos de avaliação: somativa, diagnóstica e formativa.

Entende-se por avaliação somativa a própria avaliação de conteúdo já explanada acima. De acordo com Gil (2006), é uma avaliação pontual, que geralmente ocorre no final do curso, de uma disciplina, ou de uma unidade de ensino, visando determinar o alcance dos objetivos previamente estabelecidos.

A avaliação diagnóstica é baseada em averiguar a aprendizagem dos conteúdos propostos e os conteúdos anteriores que servem como base para criar um diagnóstico das dificuldades futuras, permitindo então resolver situações presentes (KRAEMER, 2006).

Sendo assim, a avaliação diagnóstica visa dar ênfase as competências já adquiridas pelo aluno e desta forma verificar em qual nível de aprendizagem o discente se encontra.

Já a avaliação formativa é aquela que se situa no centro da ação de formação. É a avaliação que proporciona o levantamento de informações úteis à regulação do processo ensino – aprendizagem, contribuindo para a efetivação da atividade de ensino (HADJI, 2001). Este tipo de avaliação pode ser entendida como uma prática de avaliação contínua que tem como objetivo desenvolver aprendizagens e ajudar os professores e alunos a redefinirem prioridades e ajustes de estratégias.

Em síntese, pode se perceber que há diversos processos avaliativos em relação ao ensino e aprendizagem e que os professores podem unir essas diversas concepções de avaliação para se ter uma melhor resposta do aluno no processo educativo.

6.1.2. A avaliação do ensino por semestralidade: desafios e dificuldades

O ensino semestral foi implantado nas escolas de ensino médio públicas do Ceará, na tentativa de diminuir a evasão escolar e a reprovação. Mas, juntamente, com a semestralidade, muitas dúvidas, dificuldades e desafios apareceram também.

De acordo com a pesquisa feita para a elaboração da dissertação intitulada “O ensino na modalidade de semestralidade na rede de ensino pública estadual do Ceará na percepção dos professores: um estudo de caso” percebeu se que uma das grandes dificuldades advindas com o ensino semestral foi o lançamento de notas no sistema disponibilizado pela Secretaria de Educação, o SIGE – Sistema Integrado de Gestão Escolar.

Devido o sistema ainda ser para o formato anual de ensino, o qual é dividido em quatro bimestres, acarreta um contratempo no lançamento de notas semestrais, o qual não tem mais os referidos bimestres. Mas na prática, tanto os professores como os funcionários da secretaria, precisam alimentar o sistema com notas a cada bimestre, descaracterizando, assim, o sistema semestral de ensino, o qual proporciona uma liberdade na quantidade de avaliações e, conseqüentemente, na quantidade de notas que o professor deseja realizar.

Desta forma, apesar de a escola estar configurada no modo semestral de ensino, os professores precisam trabalhar no modo bimestral para a realização das avaliações e o lançamento de notas, com prazos de datas para cumprir por conta do sistema, configurando-se assim um problema do ensino por semestralidade.

6.2. Planilha de Notas: uma alternativa administrativa para a consolidação de notas

6.2.1. Origem da proposta

A ideia para a construção de uma planilha de notas surgiu da dificuldade que o sistema de lançamento de notas acarreta no modo semestral de ensino. Desta forma, a construção de uma planilha que se adeque ao ensino por blocos se fez necessária para a melhoria deste modo de ensinar.

A proposta é que esta planilha sirva de modelo para que a SEDUC modifique seu sistema e o adeque ao ensino semestral para que os professores possam, de fato, trabalhar em sua totalidade, no modo de semestralidade.

6.2.2. Construção da proposta

A planilha (figura 5) foi construída baseada na semestralidade, onde o professor pode realizar a quantidade de avaliações que ele desejar ao longo do semestre. Para isto, a planilha possui diversos locais para preencher com notas de avaliações parciais, globais e de projetos como o Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais.

Esta ferramenta foi dividida de acordo com as disciplinas de cada bloco semestral, ficando as matérias separadas de acordo com o semestre ativo. As siglas N1, N2, N3 e N4 referem-se às notas das avaliações realizadas e a média é calculada e designada em M. A letra F refere-se ao número de faltas do aluno no semestre.

FIGURA 5 – Planilha para preenchimento de notas bloco 1

ALUNOS	LINGUA PORTUGUESA						MATEMÁTICA						EDUCAÇÃO FÍSICA						NTPPS					
	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F
					###						###						###						###	
					###						###						###						###	
					###						###						###						###	
					###						###						###						###	
					###						###						###						###	
					###						###						###						###	
					###						###						###						###	
					###						###						###						###	
					###						###						###						###	

Fonte: Pesquisa direta

FIGURA 6 – Planilha para preenchimento de notas bloco 2

ALUNOS	LÍNGUA PORTUGUESA						MATEMÁTICA						EDUCAÇÃO FÍSICA						NTPPS						GEOGRAFIA					
	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F
					###						###						###						###						###	
					###						###						###						###						###	
					###						###						###						###						###	
					###						###						###						###						###	

FÍSICA						ESPANHOL						INGLÊS						ARTES						FILOSOFIA					
N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F
				###						###						###						###						###	
				###						###						###						###						###	
				###						###						###						###						###	
				###						###						###						###						###	

Fonte: Pesquisa direta

Ao colocar as notas referentes às avaliações, automaticamente a média é calculada. Além disso, o aluno que ficar abaixo da média, a planilha acusa automaticamente, destacando a nota em vermelho e quando a nota for maior ou igual a média, a planilha acusa em verde, facilitando, assim, o trabalho do professor (FIGURA 2). Além de proporcionar maior rapidez para o preenchimento das notas, já que preenchendo a planilha, o professor não precisa mais preencher os diários, bastaria imprimir as notas direto da planilha e entregar na secretaria.

FIGURA 7 – Planilha preenchida com notas

ALUNOS	LÍNGUA PORTUGUESA						MATEMÁTICA					
	N1	N2	N3	N4	M	F	N1	N2	N3	N4	M	F
Ana	8,0	7,0	9,0	6,0	7,5	10	3,0	5,0	7,0	6,5	5,0	20
Bruno	5,0	6,0	7,0	4,0	5,5	15	6,7	8,8	9,5	9,0	8,5	14
Carlos	6,0	7,0	2,0	5,0	5,0	5	0,5	3,8	5,0	5,5	3,7	5
Diana	###	9,0	6,0	6,0	7,8	25	7,0	7,5	8,3	9,0	8,0	10

Fonte: Pesquisa direta

Como pode se observar na figura 2, a planilha está preenchida com o nome dos alunos da turma, as notas de cada avaliação, as médias do semestre e a quantidade de faltas do aluno no semestre.

6.2.3. Concepção de avaliação no ensino por semestralidade

A planilha de notas se adequa ao ensino semestral, pois as avaliações não precisam seguir uma data determinada, já que não há mais a concepção de bimestres. Os docentes podem realizar a quantidade de avaliações que acharem necessárias e nas datas que

forem mais convenientes e desta forma, poderão preencher a planilha e no mesmo momento já obterão as médias de cada aluno. Desta forma, já saberão quem está com média baixa e já poderão realizar até a recuperação paralela com os devidos alunos.

6.2.4. A planilha de notas: da gestão administrativa à gestão pedagógica

O lançamento das notas foi um dos grandes problemas citados na pesquisa feita com os professores, pois o sistema da SEDUC não acompanha o ensino semestral, tendo o professor que realizar as avaliações bimestralmente.

Com a planilha desenvolvida para este produto educacional, essa dificuldade poderia se resolver, pois os professores alimentariam a planilha de acordo com as avaliações que fossem fazendo e repassariam para a secretaria da escola que também alimentaria o sistema que teria uma planilha semelhante. Desta forma, acabaria a obrigatoriedade de se fazer avaliações em datas que o sistema impõe e o professor teria a liberdade de fazê-las em datas convenientes de acordo com o andamento da matéria.

Para a secretaria seria uma ferramenta mais conveniente, pois já que é digital, os funcionários não precisariam lançar as notas aluno por aluno. Além disso, a planilha permite lançar as notas a medida que os professores forem entregando as planilhas preenchidas.

A planilha de lançamento de notas desenvolvida pode possibilitar uma maneira mais ágil e prática para que professores e secretaria possam alimentar o sistema com as notas dos alunos.

Sendo uma ferramenta fácil de manusear e didática, esta planilha serve de apoio para o ensino por semestralidade, e poderá ser usada como modelo para que a SEDUC possa modificar o seu sistema e torná-lo mais adequado ao ensino semestral.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo norteador desse estudo foi o ensino da modalidade semestral em uma escola de ensino médio da rede pública do estado do Ceará, por conta da carência de estudos e, até mesmo, documentos acerca do ensino por semestres em escolas de ensino básico no Brasil.

Ao longo desta pesquisa, concluiu-se que o sistema de ensino brasileiro teve grandes mudanças com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino nacional, definindo as ações que devem ser tomadas e os objetivos a serem atingidos na educação. Propôs que o ensino pudesse ser escolhido de acordo com as necessidades da escola, tornando possível o ensino semestral no ensino médio, além de ter dado diretrizes para a elaboração do currículo escolar e ter incentivado a formação dos professores.

Ainda sobre o ensino básico brasileiro é perceptível que os responsáveis pela educação precisam reformular os métodos de ensino/aprendizagem, pois a educação ainda carece de estímulos para que os alunos possam se interessar mais pela escola, permitindo assim a diminuição da evasão escolar e também das reprovações excessivas.

É neste cenário que o ensino por semestralidade se apresenta como objeto desta pesquisa, tendo como foco a análise da opinião dos professores sobre esta forma de organização do ensino.

A pesquisa constatou que, em relação à melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos, houve uma grande divergência de opiniões entre os docentes pesquisados. Ao verificar os resultados, percebeu-se que as porcentagens ficaram muito parecidas em relação aos dois quesitos questionados, tanto a referente à melhoria do ensino quanto à melhoria da aprendizagem na semestralidade. Resultado que torna impossível uma conclusão quanto à melhoria ou não da aprendizagem e do ensino no modo semestral de aulas. Mas os professores afirmam ter notado um melhor rendimento dos alunos em sala de aula após a implantação da semestralidade.

Em contrapartida, os professores afirmaram que a semestralidade promove uma aproximação do docente com o discente. De acordo com Libâneo (1994, p.250), o professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas.

O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e opiniões mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, melhorando a percepção acerca das dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. E, ainda, possibilita diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. Sendo assim, o ensino por blocos de disciplinas permite a aproximação dos professores com seus alunos, possibilitando um melhor diagnóstico das dificuldades apresentadas pelos discentes.

Dois aspectos que foram dados como motivos para a implantação da semestralidade nas escolas no turno da noite foram à diminuição da evasão escolar e o elevado nível das reprovações. De acordo com a pesquisa, os professores ficaram divididos se realmente houve essa redução, mas a maioria deles concorda que a semestralidade não reduziu esses dois índices. Conforme o trabalho de Aguiar, Brito e Tenório (2012), os alunos atribuem a maior parte da responsabilidade da reprovação a si mesmo. Além disso, atribuem como motivos para a reprovação a qualidade da escola, do ensino e aprendizagem e o ingresso no mundo do trabalho.

Ao perguntar sobre o maior problema da semestralidade, observou-se que os professores afirmaram ser o planejamento e apoio da SEDUC para a execução das aulas por semestralidade e o fechamento e lançamentos das notas dos alunos. Isso se deve ao fato de a SEDUC não disponibilizar um sistema que atenda totalmente o tempo semestral, sendo ainda um sistema anual para a realização das exigências escolares, além de não ter feito formações com os professores, mostrando como os conteúdos podem ser trabalhados. Mudou-se o ensino para a semestralidade, contudo todo o sistema e suas rotinas são regidos pelo ensino por anualidade. Isso tem provocado transtornos profundos ao ensino por semestralidade. Desta forma, seria preciso modificar o sistema da SEDUC, implantando também um sistema que atendesse ao regime semestral. Além disso, há problemas em relação ao Censo Escolar, onde o sistema não consegue registrar um aluno que terminou apenas um bloco de disciplinas e deixou para fazer o outro bloco em outro ano. Além disso, há que se destacar problemas com a lotação dos professores que, na anualidade, fazia-se apenas uma vez e, na semestralidade, fazem-se duas vezes por ano; a dificuldade na elaboração dos diários dos professores, que ao longo do ano precisam de diários para as turmas do primeiro semestre e diários para as turmas do segundo semestre, enquanto que no sistema anual as turmas permanecem as mesmas.

Com a permuta do sistema anual para o semestral, as disciplinas dobraram a carga horária semanal, possibilitando um tempo maior para o trabalho semanal dos conteúdos. Com isso, a pesquisa revelou que o ensino por blocos prejudica os alunos a fazerem o ENEM, já

que os discentes passam o primeiro semestre letivo com algumas disciplinas e quando ocorre a troca do semestre, estes perdem o contato direto com o conteúdo do primeiro bloco. Como a aplicação das provas do ENEM geralmente ocorre em outubro/novembro, os alunos acabam fazendo o exame com pouco conteúdo do segundo semestre e com a perda do contato das disciplinas do primeiro semestre, configurando-se assim um ponto negativo para a semestralidade.

Com o resultado da pesquisa verificou-se que a semestralidade proporciona benefícios para o docente, pois permite um melhor planejamento de suas aulas; diminui a quantidade de turmas, proporcionando uma melhor organização de sua parte e, ainda permite que haja uma aproximação da relação professor x aluno.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se que o ensino semestral tem suas qualidades e defeitos. Do ponto de vista do professor, o maior problema do ensino por semestralidade é provocado pela própria Secretaria de Educação que deixou essa forma de organização do ensino à margem de uma estrutura administrativa e organizacional que desse amparo à sua forma de funcionamento com sua especificidade. Já o seu maior benefício reside na menor quantidade de turmas e, portanto num maior e melhor relacionamento do professor com o aluno.

Desta pesquisa se pode depreender outras questões relevantes para pesquisas futuras, como: levantamento de dados referentes ao ensino semestral para que os envolvidos na educação possam realmente perceber se a semestralidade é mais benéfica que a anualidade, principalmente no que se refere ao ensino e a aprendizagem dos alunos e a elaboração de uma pesquisa direta com os alunos afim de saber a opinião deles sobre o sistema de ensino semestral.

REFERÊNCIAS

BARRETO, E. S. S.; MITRULIS, E. **Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória.** Cadernos de Pesquisa. nº 108. Novembro de 1999. P.27-48.

_____. **Tendências recentes do currículo na escola básica.** Fundação Carlos Chagas. Difusão de Ideias. Dezembro. 2006.

BRASIL. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio.** Brasília: MEC, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Ensino médio inovador.** Abril de 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Parecer CNE/CEB no 5/2011. Assunto: diretrizes curriculares nacionais para ensino médio. Parecer aprovado em 5/5/2011, aguardando homologação do MEC.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília: Ministério da Educação, 2011.

_____. **Constituição (1988).** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

_____. Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial (BIA).** Brasília: SEEDF, 2012.

_____. Base Nacional Comum Curricular. **Por que uma BNC?** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/por-que>>. Acesso em: junho de 2016.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação. Brasil. [s. d.].

_____. **Diretrizes para a organização do trabalho pedagógico na semestralidade: ensino médio.** GDF. Brasília. Distrito Federal. [s. d.].

CEARÁ. Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (CODEA). **Proposta de reorganização curricular do ensino médio noturno na rede oficial de ensino do estado do Ceará.** Fortaleza. Ceará. 2011.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). **Projeto de Reorganização Curricular do Ensino Médio Noturno.** Ceará. Fortaleza. 2013.

_____. **Livreto da Superintendência Escolar.** SEDUC, s/d

CNE. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CBE nº 05/2011. Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

CORDEIRO, A. **Colégios adotam ensino semestral.** Gazeta do povo online. Março de 2009.

DOMINGUES, J. J.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. **A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública.** Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril/00.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERNANDES, D. **Avaliação das aprendizagens: desafios às teorias, práticas e políticas.** Lisboa: Texto Editora. 2005.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em outubro de 2015.

FORZA, C. **Survey research in operations management: a process-based perspective.** International Journal of Operations and Production Management. v. 22, nº 2, p. 152-194, 2002.

GARCIA, S. R. O. **Ensino Médio e Educação Profissional: breve histórico a partir da LDBEN nº 9394/96. Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática.** 1. ed. São Paulo. Fundação Santillana. 2013.

GENTILI, Pablo. **Desencanto e utopia: a educação no labirinto dos novos tempos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo. Atlas. 2008.

GODOY, A., S. **Introdução á pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In Revista de Administração de Empresas, v. 35, nº 2, Mar/Abr. 1995a, p. 57-63.

GOMES, K. M. **Semestralidade no ensino médio noturno: superando desafios.** Disponível em: <<http://professorvirtual.org/site/coloquio/semestralidade-no-ensino-medio-noturno-superando-desafios/>>. Acesso em 18 abr. 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Melhores Práticas em Escolas de Ensino Médio no Brasil.** Ministério da Educação. Brasília. 2010.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O que é o Ideb?** 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em 1 jun. 2016.

_____. **Censo escolar da educação básica 2013 resumo técnico.** 2014.

_____. **Ideb – resultados e metas.** 2015. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em 1 jun. 2016.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

KRAEMER, M., E., P. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber.** 2006.

KRAWCZYC, N. **Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje.** Cadernos de Pesquisa. V.41. N. 144. Set./Dez. 2011.

LIMA, A. C. **Ciclo de avaliação da educação básica do Ceará:** principais resultados. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, nº 53, p. 38-58, set/dez. 2012.

LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. **500 Anos de educação no Brasil.** Autêntica Editora, 2ª ed., 2000. Belo Horizonte, MG.

LUZ, A. A. **Reflexões preliminares sobre ensino em blocos.** Gazeta do povo. Março de 2009.

MEC. Ministério da Educação. **Ensino Médio Inovador.** Abril de 2009.

_____. **Políticas públicas pretendem transformar o ensino médio.** Julho de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15657:politicaspblicaspretendemtransformar-o-ensino-medio>. Acesso em: outubro de 2015.

_____. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** 2014.

MARCHELLI, P. S. **Expansão e qualidade da educação básica no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.40, nº 140, p. 561-585, maio/ago. 2010.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo:EPU/EDUSP, 1974.

_____. **Educação na Primeira República.** In: BORIS, Fausto (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano V.2. Sociedade e Instituições (1889-1930) Rio de Janeiro: Ed Berton S/A, 1990.

NOIMANN, E. F. **Avaliações institucionais externas: ensaios sobre o IDEB e a Prova Brasil.** 3º Congresso Internacional de Educação. Paraná. 2011.

OLIVEIRA. R. P; ARAÚJO. G.C. **Qualidade do ensino:** uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, nº 28, p.5-23, jan. - abr. 2005.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos:** contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PERRENOUD, P. **Avaliação.** São Paulo: Artmed Editora. 1999.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. **Survey research in a management information systems: an assesment.** Journal of Management Information System. 1993.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

ROCHA, A. **Avaliação de Escolas**. Porto: Edições ASA, 1999.

ROLDÃO, M. C. **Gestão do currículo e avaliação de competências: as questões dos professores**. Lisboa: Editorial Presença. 2003.

SAKKIS, A. **Resultados diferentes nos estados**. Disponível em:

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_educacaobasica/2013/02/07/ensino_educacaobasica_interna,348358/resultados-diferentes-nos-estados.shtml>. Acesso em 29 de abr. 2015.

SAVIANI, D. **A nova Lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5. ed. Campinas, SP: Autores associados, 1999.

SEDUC. Secretaria de Educação do Ceará. SEFOR. Disponível em: <

<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/92-pagina-inicial-servicos/sefor1/154-sefor>>. Acesso em: 16 de jun. 2016.

SEED. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. **Semestralidade no Ensino Médio melhora o desempenho escolar dos estudantes da Rede Pública de Ensino do DF**. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/noticias-e-midias/noticias-da-educacao/item/2758-semestralidade-no-ensino-m%C3%A9dio-melhora-o-desempenho-escolar-dos-estudantes-da-rede-p%C3%BAblica-de-ensino-do-df.html>. Acesso em: outubro de 2015.

SEED. **Consulta Pública Ensino Médio em blocos de disciplinas semestrais**. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=615>. Acesso em outubro de 2015.

SILVA, T. T. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, D. A. S. **Retrospectiva da legislação educacional brasileira, contextualizando com a rede de ensino do estado de Sergipe**. Revista Digital. Buenos Aires. Ano 13. Nº 119. Abril de 2008

SOARES, M. A. S. **A descentralização do ensino no Brasil e a implementação dos sistemas municipais de ensino: razões e determinações**. 2005. 286 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2005.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. **Desafios da Educação Municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STAKE, R. E. **Investigación con estudio de casos**. Madrid: Morata. 1999.

TOMAZI, J. F. **O ensino médio em blocos de disciplinas semestrais, desenvolvido e implantado no ensino médio paranaense a partir de 2009**. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão. 2014.

TOMAZI, J. F.; MARTINS, S. A. **O ensino médio por blocos de disciplinas no estado do paraná:** uma análise a partir de consulta pública. Paraná. [s. d.].

UNESCO. **Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado:** Resumo Executivo. Brasília, Debates ED, n. 1, maio 2011.

VILLAS BOAS, B. M. **Projeto de interven o na escola.** Campinas: Papirus, 2010.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

_____. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZADI, T. S.; FOGAGNOLI, A. H. **Percep o dos professores em rela o ao Ensino Blocado no Ensino Médio no município de Terra Boa, PR.** 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd171/ensino-blocado-no-ensino-medio.htm>. Acesso em 25 de set. 2015 às 15h 48 min.

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS E
MATEMÁTICA (ENCIMA)**

APÊNDICE A						
DIAGNÓSTICO DAS MODALIDADES DE ANUALIDADE E SEMESTRALIDADE PELOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DA E.E.F.M. WALTER DE SÁ CAVALCANTE						
Favor responder a este questionário considerando sua percepção ou opinião quanto às afirmativas, marcando o número que corresponda ao seu grau de concordância.						
1 - Discordo totalmente	2 - Discordo parcialmente	1	2	3	4	5
3 - Indiferente	4 - Concordo Parcialmente					
5 - Concordo totalmente						
1. A mudança da anualidade para a semestralidade possibilitou uma melhora na qualidade do ensino no ensino médio?						
2. A mudança da anualidade para a semestralidade possibilitou uma melhora na aprendizagem dos alunos?						
3. A semestralidade possibilita uma aproximação com o aluno?						
4. O sistema semestral diminui as reprovações?						
5. A semestralidade propicia a redução da evasão escolar?						
6. O maior problema da semestralidade é:						
6.1. O planejamento didático das aulas						
6.2. O fechamento das notas e seus lançamentos						
6.3. O planejamento e apoio da SEDUC para a execução das aulas por semestralidade						
6.4. O acompanhamento das aulas por parte dos alunos						
7. A semestralidade contribui para um ensino mais dinâmico?						
8. O ensino semestral prejudica os alunos do 3º ano a fazerem o ENEM?						
9. A semestralidade proporciona uma melhor organização por parte do professor, já que há uma diminuição no número de turmas?						
10. Na sua percepção, houve uma melhora nos rendimentos dos alunos após a implantação da semestralidade?						

APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS E
MATEMÁTICA (ENCIMA)**

APÊNDICE B
PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES

1. Sexo
 Masculino Feminino

2. Idade
 Até 24 anos De 25 a 29 anos de 30 a 39 anos
De 40 a 49 anos Acima de 50 anos

3. Nível de escolaridade
 Ensino médio completo Ensino Superior Especialização
 Mestrado Doutorado

4. Tempo de docência

5. Disciplina que leciona

6. Carga horária nesta escola

7. Além desta escola, trabalha em mais alguma? Se sim, indicar o número de escolas que leciona.
 Não Sim

8. Além da atividade como docente, você exerce outra atividade que contribui para sua renda pessoal? Se sim, indique qual.
 Não Sim

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA (ENCIMA)

APÊNDICE C
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
O ENSINO NA MODALIDADE DE SEMESTRALIDADE NA REDE DE ENSINO PÚBLICA ESTADUAL DO CEARÁ: UMA HISTÓRIA A CONHECER
Orientador Responsável: Prof. Dr. Isaías Batista de Lima
Orientando: Cintia Ferreira Bezerra de Figueiredo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Antes de concordar em participar, é importante que entenda as informações e as instruções contidas neste documento. Caso aceite participar assine este documento em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Através desta pesquisa, pretende-se analisar “O ensino na modalidade de semestralidade na rede de ensino pública estadual do ceará: uma história a conhecer.”

Esta pesquisa não implica em riscos de perda de conteúdo ou avaliação para os alunos. Aos participantes da pesquisa serão assegurados: sigilo e privacidade dos dados coletados nos questionários; de imagem porventura capturada durante as aulas e que as informações somente poderão ser divulgadas de forma anônimas e utilizadas única e exclusivamente para a execução desta pesquisa.

Concordância dos pesquisados.

Eu, _____, RG N° _____

Concordo em participar do estudo. Foi devidamente informado e esclarecido pelo graduando.

Local e data: ____/____/_____.

Assinatura: _____

Cintia Ferreira Bezerra (Mestranda)